



RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2024

SUMÁRIO

SUMÁRIO 2

1. MENSAGEM DA MESA ADMINISTRATIVA 3

2. BREVE APRESENTAÇÃO 4

 2.1. – Identificação 4

 2.2. – Caracterização sumária 4

 2.3. – Visão e Missão da Santa Casa da Misericórdia de Espinho 5

 2.4 - Política da Qualidade 6

3. ORGÃOS ESTATUTÁRIOS 7

4. ACTIVIDADE DO ANO 2024 8

 ÁREA SÉNIOR..... 8

 DESEMPENHO..... 9

 ÁREA INFÂNCIA 16

 ÁREA SAÚDE..... 21

 COMUNS..... 22

5. ANÁLISE ECONÓMICA 24

6. DONATIVOS E SUBSÍDIOS..... 28

7. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO 28

8. APLICAÇÃO DE RESULTADOS..... 29

9. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 30

10. ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS 2024..... 35

1. MENSAGEM DA MESA ADMINISTRATIVA

Para cumprir os requisitos legais e estatutários, a Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Espinho (SCME) apresenta o Relatório de Atividades e Contas referente ao ano de 2024, um período marcado por desafios e mudanças significativas.

O ano de 2024 ficou assinalado, a nível nacional, pela eleição de um novo Primeiro-Ministro em março, resultando na alternância do partido político no governo. Esta mudança trouxe algumas alterações no panorama dos apoios às IPSS, embora, até ao momento, sem impacto significativo. No contexto internacional, assistimos a uma escalada dos conflitos, nomeadamente entre a Rússia e a Ucrânia e no Médio Oriente, contribuindo para a manutenção da pressão inflacionária na União Europeia. Esta situação tem sido parcialmente atenuada pela política monetária do Banco Central Europeu (BCE), que mantém elevadas taxas de juro de referência, com reduções pouco expressivas.

Adicionalmente, o aumento do Salário Mínimo Nacional, a insuficiente atualização das comparticipações do Instituto da Segurança Social (ISS) e a vigência de várias Convenções Coletivas de Trabalho no setor têm vindo a agravar as dificuldades financeiras das IPSS. Esta realidade afeta, em particular, instituições como a nossa, que priorizam a prestação de serviços e cuidados aos seus utentes com a qualidade e dignidade que merecem. Acresce ainda o impacto dos sucessivos aumentos dos custos operacionais, reflexo das elevadas taxas de inflação dos últimos anos, que elevaram os preços dos bens e serviços a patamares irreversíveis, sem o devido ajustamento das receitas, essencialmente provenientes do ISS e das pensões dos utentes.

No setor da saúde, nomeadamente na nossa clínica COGE, a Mesa Administrativa, perante a proposta apresentada pelo Grupo Trofa Saúde, decidiu proceder à alienação da unidade. Esta decisão foi sustentada na necessidade de elevados investimentos para a modernização da clínica, nas limitações infraestruturais que comprometiam a continuidade dos serviços de cirurgia, na forte concorrência dos novos hospitais da região e nas dificuldades nas negociações com fornecedores e seguradoras. Como consequência imediata desta operação, verificou-se uma redução de 50% nos serviços prestados, o que nos coloca agora o desafio de redimensionar a estrutura de custos da instituição face à nova realidade.

Apesar destes desafios, temos pautado a nossa gestão por uma abordagem financeira prudente, visando mitigar os impactos adversos. No entanto, torna-se incompreensível a falta de sensibilidade das autoridades para com as dificuldades que as IPSS enfrentam, expressa na insuficiência dos apoios e nos sucessivos aumentos das comparticipações abaixo da real evolução dos custos.

Adicionalmente, observamos com grande desapontamento a ausência de programas de apoio para a criação de novas infraestruturas de ERPI, bem como para a requalificação e ampliação das já existentes. Essa medida é urgente, dado o crescente aumento da procura por esse tipo de resposta social e a necessidade de adaptação das estruturas atuais às novas filosofias e funcionalidades essenciais para a melhoria da qualidade dos serviços prestados e, consequentemente, da qualidade de vida dos utentes.

Reiteramos a nossa convicção, corroborada por diversas entidades oficiais, de que a SCME desempenha um papel essencial no fortalecimento do setor social do concelho, contribuindo significativamente para o emprego local. No entanto, nos últimos anos – e com maior impacto em 2024 –, assistimos, sem uma justificação plausível, à redução do subsídio concedido pelo Instituto de Turismo de Portugal, conforme proposto pelo executivo da Câmara Municipal de Espinho. Consideramos esta decisão, no mínimo, incompreensível e inaceitável.

Agradecemos profundamente a todos os membros da direção e colaboradores, cujo empenho e dedicação foram determinantes para a concretização da nossa missão. Manifestamos igualmente a nossa gratidão aos doadores e apoiantes da SCME, cuja generosidade tem sido fundamental para a continuidade dos nossos serviços.

Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Espinho

Dr. Pedro Nelson Gonçalves de Sousa

2. BREVE APRESENTAÇÃO

2.1. – Identificação

Santa Casa de Misericórdia de Espinho, pessoa coletiva de direito canónico, registada na Direção Geral de Solidariedade e Segurança Social, desde 1982-06-04, no Livro n.º 1 das Irmandades das Misericórdias, sob o n.º 31/82, em conformidade com o disposto nos Estatutos das Instituições Particulares de Solidariedade Social, com o número de Identificação Fiscal 500 951 527, e inscrita no Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Aveiro com o número 20006315139, com sede na Rua da Idanha nº 300, freguesia de Anta, Concelho de Espinho.

2.2. – Caracterização sumária

A Santa Casa da Misericórdia de Espinho é vocacionada por excelência para o apoio a pessoas idosas e dependentes, oferecendo desde 1937 um leque de serviços diversificados.

Desde a sua fundação, a sua atividade tem vindo a crescer em prol da comunidade e no seu prestígio, como resultante da qualidade dos serviços que presta.

A Instituição é detentora de um património considerável, fruto de dádivas de muitos benfeitores bem como do contributo de algumas entidades oficiais, que depositam confiança na sua competência em colmatar lacunas sociais, como o comprovam os apoios e protocolos existentes e a que se juntam uma política de rigor e competência em desenvolver projetos com fins complementares, tudo tendo em vista assegurar a sustentabilidade dos serviços que presta à comunidade.

A SCME dispõe dos seguintes serviços na área sénior:

A **Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI)** possui capacidade para 110 residentes, sendo 11 destas camas reservadas para ocupação pelos serviços da Segurança Social. Encontra-se organizada em três unidades, de acordo com o grau de dependência e condições de saúde dos clientes: Mestre, Memória e Maior.

A **Unidade Residencial Sénior (URS)** é uma estrutura com fins lucrativos e capacidade para 29 residentes. Para além dos quartos, possui salas de convívio e refeitório próprios, apesar de partilhar os restantes espaços com a ERPI.

O **Centro de Dia (CD)** possui capacidade para 35 clientes, apesar de ter apenas 28 vagas protocoladas com a Segurança Social. Encontra-se, desde setembro de 2020, com um funcionamento autónomo da ERPI em termos de usufruto de espaços.

O **Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)** possui capacidade para 40 clientes, que são cuidados, de segunda a domingo, em horário alargado até às 19h00. A equipa dispõem de três viaturas.

O **Cuidar 24 (C24)**, novo serviço de apoio domiciliário com fins lucrativos, encontra-se em fase de licenciamento. Prevê um conjunto alargado de serviços de cuidados pessoais e saúde a serem prestados no domicílio, de acordo com as solicitações do cliente. Prevê-se uma capacidade de 30 clientes.

Na área social ou de apoio à comunidade, a SCME dispõe dos seguintes serviços:

Programa Incorpora, financiado pela Fundação La Caixa, faz parte de uma rede de instituições que cobre todo o território português e que tem como finalidade a promoção da integração profissional de pessoas em situação de vulnerabilidade social, fazendo não apenas o seu acompanhamento social, mas também a prospeção e articulação junto de empresas. No caso da SCME, o Incorpora assume como território de atuação a zona norte do distrito de Aveiro, na qual se inclui Espinho.

Plano de Emergência Alimentar, dinamizado em colaboração com outras entidades locais que nos sinalizam beneficiários, pressupõe a disponibilização diária de refeições a pessoas carenciadas.

A SCME dispõe dos seguintes serviços na área da infância:

Funciona em equipamento próprio na zona central da cidade de Espinho e comporta:

A **Creche (CHE)** é uma estrutura capacidade para 60 crianças.

O **Pré-escolar (PE)** resposta de apoio social e escolar com capacidade para 75 crianças.

Ao nível da saúde a SCME dispõe:

COGE - Clínica da Santa Casa – Espinho, Inaugurada em 1999, a COGE foi um estabelecimento de referência em diversas especialidades médicas, com destaque para obstetrícia, ginecologia, procriação medicamente assistida e pediatria. Em 1 de abril de 2024, a clínica foi alienada, passando a gestão para uma nova entidade. Atualmente, o imóvel encontra-se arrendado a essa entidade, que dá continuidade aos serviços de saúde no local.

2.3. – Visão e Missão da Santa Casa da Misericórdia de Espinho

Visão

Com base nos princípios da fé católica que norteiam a atuação da Santa Casa da Misericórdia de Espinho, ansiamos por uma sociedade em contínua evolução, alicerçada nos valores da solidariedade, fraternidade e o respeito pela dignidade humana onde se cultive a alegria e a justiça, e se extinga a solidão e o sofrimento existentes.

Missão

Contribuir para a melhoria das condições de vida da sua população, trabalhando de forma integrada na Comunidade, criando e desenvolvendo serviços nas áreas social e da saúde adequados às necessidades das pessoas, promovendo a solidariedade, a qualidade de vida e a dignidade humana.

Valores

- Orientação para o cliente - superar as expectativas dos utentes através da prestação de serviços de valor acrescentado;
- Sustentabilidade - favorecer o desenvolvimento sustentado da organização baseada numa conduta transparente, social e eticamente responsável;
- Confiança - pautar a prestação do serviço da Instituição com compromisso, com a verdade e transparência na prática das suas ações;

- Ética - A conduta humana de cada colaborador é regida pelos princípios do Código de Ética e pelas linhas orientadoras de boas práticas baseadas no rigor, confidencialidade, privacidade e integridade;
- Equidade - Promover a todos a igualdade no acesso aos cuidados independentemente da condição social, económica ou religiosa;
- Qualidade e Eficiência - Apostar na qualidade dos serviços prestados sem descurar a eficiência e a sustentabilidade económica.

2.4 - Política da Qualidade

A Santa Casa da Misericórdia de Espinho está empenhada em desenvolver um conjunto de medidas tendentes a satisfazer os anseios de todos aqueles com os quais interage e, como tal, decidiu adotar uma política da qualidade consentânea.

Neste sentido, pretende-se com a implementação do Sistema de Gestão Integrado:

- Aumentar o grau de satisfação dos nossos Utentes e públicos internos;
- Promover ações de formação, e incentivo à autoformação e aprendizagem ao longo da vida, dada a importância de dispormos de colaboradores informados e formados para seu desiderato de constante melhoria;
- Manter a atenção especial ao impacto ambiental das medidas/soluções adotadas (ex. racionalização energética, redução na produção de resíduos e promoção de uma cultura ambientalmente equilibrada);
- Defender a sustentabilidade da Instituição como um todo, nomeadamente, assegurar adequado equilíbrio económico/financeiro;
- Cumprir com os requisitos legais, éticos e deontológicos estabelecidos pelas entidades oficiais e reguladoras do exercício das atividades que desenvolvemos, sempre orientadas para a satisfação das necessidades e segurança dos utentes, de modo, a assegurar a melhoria contínua da eficácia do sistema de gestão da qualidade;
- Manter e desenvolver áreas de intersecção com a comunidade seja através de diversas iniciativas, a partilha da experiência de vida entre todos;
- Promover a melhoria contínua da prestação dos serviços, onde se inclui a adoção de melhores práticas, ao nível dos idosos, da infância e da saúde, de acordo com as necessidades e expectativas dos clientes;
- Desenvolver uma cultura de observação, avaliação, monitorização e planeamento ao nível do pessoal para uma prestação de serviços de elevada qualidade.

A Mesa Administrativa assume a responsabilidade de apoiar a implementação e liderança do Sistema de Gestão Integrado da Qualidade e Segurança Alimentar, segundo a Norma Portuguesa NP EN ISO 9001 e HACCP, com o objetivo claro de aumentar e confirmar a satisfação dos seus públicos internos e externos.

3. ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS

Os Órgãos Sociais da Santa Casa da Misericórdia de Espinho são compostos pelos seguintes elementos:

ÓRGÃOS SOCIAIS DO QUADRÉNIO 2024 A 2027

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente	Edgar Alves Ferreira
Vice-Presidente	Nuno Miguel Ferreira Morais
Secretário	Rui Pessoa de Sousa Gomes
Suplente	Manuel António Gomes da Silva

DEFINITÓRIO

Presidente	Carlos Alberto Castro Pinto Oliveira
Vice-Presidente	Joaquim Vasconcelos Ferreira
Secretário	Paulo Jorge Alves da Rocha Torres
Suplente	Ricardo Manuel de Araújo Catarino

MESA ADMINISTRATIVA

Provedor	Pedro Nelson Gonçalves de Sousa
Vice-Provedor	Vítor Manuel da Costa Pinto Brandão
Vice-Provedor	Cristina Helena Henriques Lopes Relvas
Tesoureiro	Sofia de Oliveira Ferreira
Tesoureiro-Adj.	Tiago Pais Amorim de Sousa
Secretario	Susana Cristina Pardilhó Ferreira
Vogal	Fernando Rogério Castro Ramos Pereira
Vogal	Júlio Ferreira Milheiro Nunes
Vogal	Ana Cristina Carvalhinho Alves Ribeiro
Suplente	Nuno Miguel Bastos da Silva
Suplente	Cristina Maria Machado Gonçalves

4. ACTIVIDADE DO ANO 2024

ÁREA SÉNIOR

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA SÉNIOR E SOCIAL

A SCME dispõe dos seguintes serviços na área sénior:

A **Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI)** possui capacidade para 110 residentes, sendo 11 destas vagas reservadas para ocupação pelos serviços da Segurança Social. Encontra-se organizada em quatro unidades, de acordo com o grau de dependência e condições de saúde dos clientes: Mestre, Mente, Memória e Maior.

A **Unidade Residencial Sénior (URS)** é uma estrutura com fins lucrativos e capacidade para 29 residentes. Para além dos quartos, possui salas de convívio e refeitório próprios, apesar de partilhar os restantes espaços com a ERPI.

O **Centro de Dia (CD)** possui capacidade para 35 clientes, apesar de ter apenas 28 vagas protocoladas com a Segurança Social. Funciona apenas em dias úteis.

O **Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)** possui capacidade para 40 clientes, que são cuidados, de segunda a domingo, em horário alargado até às 19h00. A equipa dispõe de três viaturas.

O **Cuidar 24 (C24)**, serviço de apoio domiciliário com fins lucrativos. Prevê um conjunto alargado de serviços de cuidados pessoais e saúde a serem prestados no domicílio, de acordo com as solicitações do cliente. Tem capacidade para 40 clientes.

Na área social ou de apoio à comunidade, a SCME dispõe dos seguintes serviços:

O programa **Incorpora**, financiado pela Fundação La Caixa, faz parte de uma rede de instituições que cobre todo o território português e que tem como finalidade a promoção da integração profissional de pessoas em situação de vulnerabilidade social, fazendo não apenas o seu acompanhamento social, mas também a prospeção e articulação junto de empresas. No caso da SCME, o Incorpora assume como território de atuação a zona norte do distrito de Aveiro, na qual se inclui Espinho.

O **Plano de Emergência Alimentar**, dinamizado em colaboração com outras entidades locais que nos sinalizam beneficiários, pressupõe a disponibilização diária de refeições a pessoas carenciadas.

DESEMPENHO

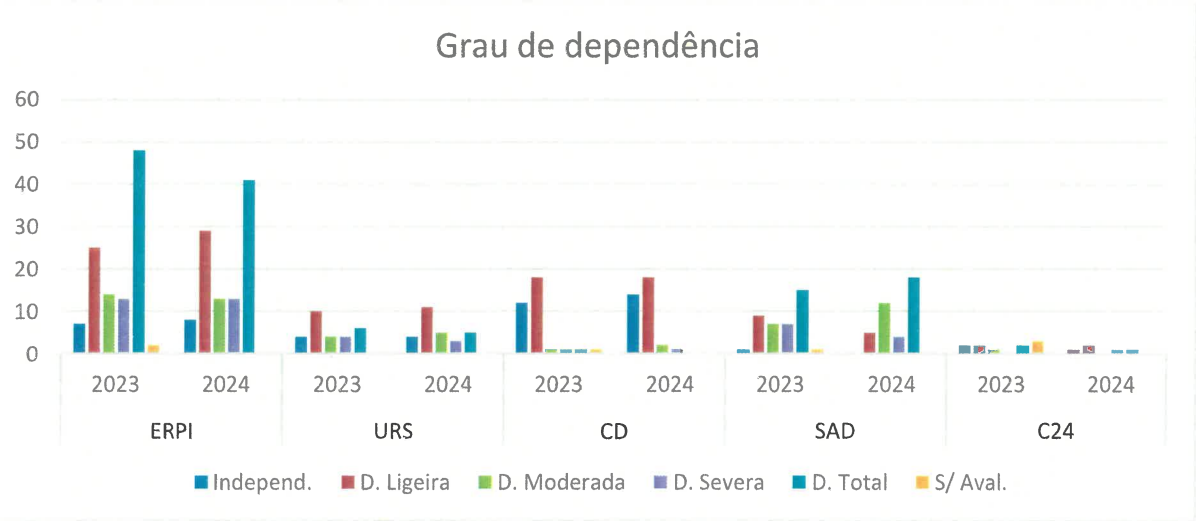
ÁREA SÉNIOR

Iremos atentar nos indicadores disponíveis tendo em consideração o período compreendido entre 1 de outubro de 2023 e 30 de setembro de 2024.

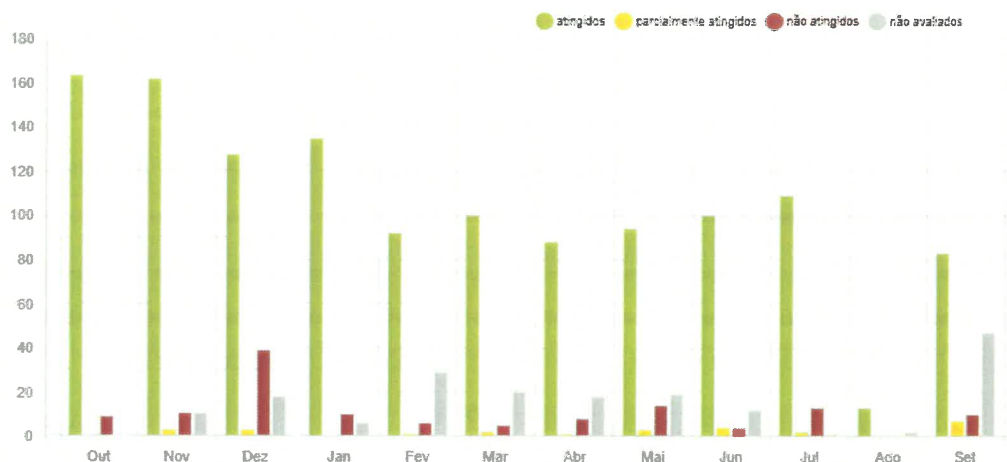
De forma geral, todas as respostas sociais, com exceção do C24, estão com a ocupação completa. As flutuações que existem ao longo do ano estão relacionadas com a saída de utentes (sobretudo por falecimento), sendo a ocupação reposta no mais curto prazo de tempo possível.

	CAPAC.	FREQUÊNCIA MÉDIA		FREQUÊNCIA (setembro)		TAXA OCUPAÇÃO (setembro)		MÉDIA			TOTAL ADMISSÕES		EM ESPERA	
		2023	2024	2023	2024	2023	2024	Idade			2023	2024	2023	2024
ERPI	110	111	111	111	112	100%	100%	84	29	81	35	49	273	299
URS	29	28	28	29	28	100%	100%	89	5	23	9	11	27	40
CD	35	36	36	35	35	100%	100%	79	11	24	30	37	22	12
SAD	40	41	41	41	40	100%	100%	85	12	27	34	17	7	18
C24	40	6	10	11	7	27,5%	17,5%	86	2	5	12	19	0	0

No que se refere à média de idades, a mesma continua acima dos 80 anos. Quanto ao **género**, mantemos uma presença feminina mais significativa do que a masculina. Os graus de dependência e as condições demenciais continuam em valores elevados, fatores de pressão para as nossas equipas.



No que se refere a atividades de desenvolvimento pessoal, temos uma média de 128 atividades mensais, o que se traduz em cerca de 6 atividades diárias e uma média de 14 participantes por atividade. O plano de atividades apresenta uma taxa de concretização de 100% e envolveu vários estagiários e voluntários, assim como diferentes entidades. Neste último plano contámos com 26 parcerias.



A taxa de sucesso das atividades demonstra a eficácia e um planeamento adequado aos nossos utentes. Contudo, algumas atividades só foram atingidas parcialmente e outras não o foram ou não foram realizadas, principalmente, pelos seguintes motivos: limitações de saúde dos idosos, demência e défice cognitivo grave/severo, condições climáticas adversas, problemas logísticos, recursos humanos insuficientes. No mês de agosto, o plano de atividades é avaliado e reestruturado, pelo que as atividades não são avaliadas.

A maioria das atividades é orientada para as pessoas com menores graus de dependência e para grupos.

Em termos de **funcionamento da área sénior**, destacamos as seguintes melhorias introduzidas neste último ano:

- Criação da Unidade Mente – com uma equipa dedicada e formação à mesma;
- Implementação de técnicos de referência para cada utente – estratégia para acompanhamento mais próximo e personalizado do utente e sua família;
- Colocação de sinalética nos elevadores – para apoio à orientação de utentes mais confusos ou em início de demência;
- Disponibilização de terapias alternativas a utentes e funcionários;

A nível dos **serviços de apoio**, destacamos as seguintes melhorias:

- Introdução de sistema de requisição/controlo refeições funcionários e alteração do método de requisição de refeições dos utentes – para maior controlo do número de refeições a confeccionar;
- Reestruturação das dietas dos utentes – atualização do manual de dietas, conciliação e formação às equipas quanto à tipologia de dietas, implementação de sistema de informação da dieta personalizada de cada utente;
- Implementação de novos métodos de marcação de roupa e atribuição da tarefa de arrumação de roupa a apenas uma funcionária – de forma a diminuir as reclamações de troca/desaparecimento de roupa;
- Envio de faturas de farmácia externa por email – digitalização do processo.

ÁREA SOCIAL

O **Incorpora** encontrou estabilidade com este novo técnico, o que se tem traduzido numa melhoria significativa dos nossos resultados:

	2021	2022	2023	2024
NOVAS EMPRESAS CONTACTADAS	43	34	27	35
NOVAS EMPRESAS VISITADAS	30	14	15	16
EMPRESAS PARCEIRAS	11	11	10	37
OFERTAS GERIDAS	31	51	31	27
INTEGRAÇÕES PROFISSIONAIS	26	31	12	36

No que se refere ao **Programa de Emergência Alimentar**, acompanhamos uma média de 15 beneficiários por mês, estimando-se que, nestes 12 meses, se tenham fornecido aproximadamente 11.760 refeições.

RECURSOS HUMANOS

Análise genérica

Este ano realçamos os seguintes aspetos:

- 1) Manutenção de instabilidade nas equipas (baixas e ausências), o que provoca a necessidade de várias alterações a horários e substituições temporárias.
- 2) Outsourcing de serviços – recurso a empresas de trabalho temporário especializadas em geriatria e cuidados para preenchimento de vagas (nos quadros ou de substituição).
- 3) Grande instabilidade na equipa de enfermagem com a saída de várias enfermeiras a recibos verdes.
- 4) Afetação de uma enfermeira à função de chefia de equipa, por motivo de baixa de uma chefe.
- 5) Despedimento por extinção de posto de trabalho da gestora da qualidade/DPO e dos guardas noturnos.

No que se refere aos nossos indicadores, apresentamos valores da área sénior e social, considerando também a cozinha, lavandaria e receção (não estão consideradas as áreas da manutenção, economato, farmácia e serviços administrativos e financeiros).

	SET.22	SET.23	SET.24
Quadro de pessoal	129	129	120
Prestadores de serviços	15	16	20
Trabalhadores de empresas de trabalho temporário	-	3	9
Trabalhadores sindicalizados	-	44 (34%)	47 (40%)

	Out.21 a set.22	Out.22 a set.23	Out.23 a set.24
CEI+	4	5	5
Estágios profissionais	2	0	1
Estágios curriculares	25	33	50
Voluntários	20	7	7

	Out.21 a set.22	Out.22 a set.23	Out.23 a set.24
Admissões	55	45	39
Absentismo	12%	10%	10,6%
Baixas (total)	198	137	131
Licenças maternidade	4	3	3
Acidentes de trabalho	1	5	2
Aptidões parciais	5	6	1

Plano de formação

Este ano tivemos grandes dificuldades na elaboração de um plano de formação, por dificuldades na constituição de turmas fixas. Ainda assim, foram realizadas 45 ações internas e autorizadas 20 ações externas.

RECURSOS

A nível de **prestadores de serviços**, sentimos a necessidade de maior alocação de tempo à nutricionista para criação de fichas técnicas e definição de captações, criação das ementas institucionais, acompanhamento de casos e formação às equipas. Atualmente dispõe apenas de 2 horas/mês, que são ocupadas a fazer consulta a utentes para criação de dietas individuais ajustadas. A responsabilidade da criação das ementas tem recaído sobre o Chefe de cozinha.

A nível de **instalações** fez-se o seguinte investimento na remodelação de espaços:

- Remodelação dos quartos masculinos do piso 1;
- Remodelação dos refeitórios da URS e da Unidade Memória;
- Remodelação da receção;
- Criação de nova sala no piso 1.

No que se refere a **equipamentos**, fizeram-se as seguintes aquisições (com verbas angariadas ou financiadas):

- Tabuleiros de leito (em substituição das mesas que ocupam muito espaço);
- Painel interativo e equipamento de realidade virtual;
- 2 projetores;
- Novo sistema de arrumação para lavandaria + carro de transporte de roupa;
- 5 tablets para utilização do software Ankira.

No que se refere a **angariação de fundos**, a equipa sénior avançou com as seguintes iniciativas:

- Feiras mensais para venda de artigos doados e usados;
- Venda de agendas;
- Pedidos de donativo;

Foi angariado um total de 19.437,27 que foi investido em:

- o Aquisição de mobiliário para os quartos (16 mesas de cabeceira, 11 cómodas duplas, 1 cómoda single);
- o Mobiliário para refeitório (24 cadeiras, 15 mesas);
- o Televisões para os quartos;
- o Remodelação da varanda do piso 1 (fecho em marquise, móvel para copa);
- o Molduras para a receção e para identificação das dietas nos utentes;
- o Tecidos para confeção de toalhas e de almofadas;
- o Dispensadores de água;
- o Produtos e despesas de veterinário das gatas de estimação da Unidade Memória;
- o Artigos de restauração para o bar;
- o Artigos para terapias e estimulação dos idosos (projektor de luzes, óleos, jogos);
- o Caixas para medicação, alimentos e roupa;

- Tabuleiros de leito;
- Cestos para roupa suja.

ESTRATÉGIA E MELHORIA

No que se refere a **indicadores da qualidade**, registámos:

- 2 sugestões de melhoria;
- 2 reclamações em livro;
- 1 denúncia;
- 9 louvores.

Destacamos a obtenção do **Certificado Verde**, atribuído pela Lipor, no seguimento do processo de introdução de novo procedimento de separação de resíduos e subsequente auditoria.

Relativamente à melhoria dos recursos disponíveis, a área sénior submeteu **4 candidaturas** a projetos, tendo sido uma delas aprovada. Este projeto, com um valor de 255.623,67 irá levar a instituição a abraçar uma nova área de atividade, a da formação para desempregados.

RESULTADO DAS ATIVIDADES 2024

A análise comparativa da atividade reporta ao período compreendido entre setembro de 2023 e agosto de 2024.

Relativamente ao plano transato, obtivemos uma taxa de concretização de 60% (6 em 10 objetivos operacionais totalmente concretizados). Quatro dos objetivos operacionais não foram completamente atingidos.

EIXO ESTRATÉGICO: SUSTENTABILIDADE

OBJETIVO ESTRATÉGICO	OBJETIVO OPERACIONAL	AÇÕES/ATIVIDADES	INDICADOR	META	RESULTADO	JUSTIFICAÇÃO
Manter ou aumentar proveitos	Aumento do valor das comparticipações	Faturar novos serviços.	Valor das receitas associadas aos pagamentos dos clientes	Aumento de faturação extra mensalidade	Aumento das receitas	
	Manter uma política de angariação de fundos	Implementar ações de angariação de fundos.	N.º de ações implementadas	8	12	

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS DE 2024

Santa Casa da Misericórdia de Espinho

EIXO ESTRATÉGICO: QUALIDADE

OBJETIVO ESTRATÉGICO	OBJETIVO OPERACIONAL	AÇÕES/ATIVIDADES	INDICADOR	META	RESULTADO	JUSTIFICAÇÃO
Melhorar o SGQ	Implementar o SGQ nas respostas sociais da área sénior	1) Implementar sistema de auditorias internas.	N.º de ações ou realizadas	4	4	
Melhorar os serviços existentes	Implementar ações de melhoria	1) Introduzir conceitos da metodologia de cuidados Humanidade e Snoezelen 24 horas. 2) Melhorar a sinalética interna para maior orientação dos clientes.	N.º de ações ou melhorias implementadas	3	4	
Assegurar o nível de infraestruturas adequadas ao serviço e exigências legais e de segurança	Melhorar a gestão dos equipamentos e infraestruturas por valência	1) Remodelar e personalizar espaços da ERPI e URS. 2) Melhorar as medidas de controlo de fugas de pessoas com demência.	N.º de espaços intervencionados	5	12	

EIXO ESTRATÉGICO: COMUNICAÇÃO E IMAGEM

OBJETIVO ESTRATÉGICO	OBJETIVO OPERACIONAL	AÇÕES/ATIVIDADES	INDICADOR	META	RESULTADO	JUSTIFICAÇÃO
Reforço de ferramentas de comunicação	Revisão e atualização de hardware e software	1) Generalizar a utilização da Ankira nos serviços gerais. 2) Adquirir 5 tablets para alargar a utilização da Ankira.	N.º de ações ou melhorias implementadas	2	1	O processo para utilização da Ankira pela equipa de serviços gerais está a ser implementado, mas ainda não está concluído.
Consolidar a imagem da SCME	Implementar e manter um plano de marketing institucional	1) Criar uma nova imagem corporativa para a SCME. 2) Atualizar os modelos das fardas de acordo com a nova imagem (confeção apenas à medida das necessidades).	N.º de ações ou melhorias implementadas	2	1	Foi proposta uma nova imagem mas a Mesa Administrativa optou por não fazer a alteração. Está a ser escolhido novo modelo de fardamento.
	Estruturar um procedimento direcionado a Irmãos	1) Repensar os benefícios direcionados aos irmãos. 2) Criar um plano de comunicação. 3) Envolver irmãos em atividades da casa.	N.º de ações ou melhorias implementadas	3	0	Ainda não se avançou para uma política de sócios.

EIXO ESTRATÉGICO: RECURSOS HUMANOS

OBJETIVO ESTRATÉGICO	OBJETIVO OPERACIONAL	AÇÕES/ATIVIDADES	INDICADOR	META	RESULTADO	JUSTIFICAÇÃO
Melhorar a capacitação dos colaboradores	Garantir a qualificação dos colaboradores	1) Rever o plano de formação.	Taxa de cumprimento do plano de formação	90%	95%	
Redefinição da política de recursos humanos	Revisão do procedimento de recursos humanos	1) Melhorar o processo de acolhimento dos trabalhadores. 2) Implementar o manual de acolhimento para prestadores de serviços e estagiários. 3) Reunir periodicamente com as delegadas sindicais.	N.º de ações ou melhorias implementadas	3	2	Ainda não foi criado um manual específico para prestadores e estagiários.

CONCLUSÃO

A área sénior, no ano 2024, esteve em capacidade máxima em todas as suas respostas sociais, exceto no Cuidar 24, apesar do mesmo ter sofrido um aumento de atividade.

Temos mantido o esforço de remodelação de espaços e atualização de equipamentos já iniciado no ano anterior e que tem mostrado impacto na satisfação e na funcionalidade.

Em termos de funcionamento, estamos a tentar diferenciar a forma de atuação das Unidades, em função das suas características e a capacitar as equipas para melhor lidar com as demências. Caminhamos no sentido de personalizar cada vez mais os cuidados, quer através da criação da figura de técnicos de proximidade, quer através da atenção dada aos desejos e necessidades de cada utente (que se traduzem em ajustes aos quartos, retificação de dietas, atividades realizadas, entre outras).

ÁREA INFÂNCIA

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA INFÂNCIA

A SCME dispõe dos seguintes serviços na área Infância:

A **Creche** possui capacidade para 60 crianças, dos 4 aos 3 anos de idade. Encontra-se organizada em quatro salas, de acordo com a seguinte distribuição etária: Joaninhas berçário; Abelhinhas 1 ano; Patinhos – 1 e 2 anos; Peixinhos 2 anos. Neste momento, todas as crianças estão abrangidas pela medida de gratuidade, no âmbito do programa Creche Feliz desenvolvido pelo Instituto da Segurança Social.

O **Pré-escolar** (EEPE) destina-se a crianças dos 3 aos 6 anos de idade e tem capacidade para 75 crianças. Estão distribuídas por 3 salas: Pandas – 3 anos; Golfinhos – 4 anos; Leões – 5 anos.

Dentro da área da Infância e na componente da animação e apoio à família:

Atividades extracurriculares, nomeadamente Gymnodance, Inglês, Natação e Xadrez, mediante inscrição por parte dos Encarregados de Educação.

DESEMPENHO

Iremos atentar nos indicadores disponíveis tendo em consideração o período compreendido entre 1 de setembro de 2023 e 31 de agosto de 2024.

Todas as respostas sociais tiveram a ocupação máxima com lista de espera bastante extensa, principalmente na resposta da Creche que a partir do momento em que começou o programa Creche Feliz, apresentou uma procura exponencial.

	CAPAC.	FREQUÊNCIA	TAXA OCUPAÇÃO	TOTAL ADMISSÕES	EM ESPERA
CRECHE	60	60	100%	29	200
PRÉ	75	75	100%	3	43

No que se refere aos **objetivos definidos para a prestação de serviços na área da Infância** (planos de desenvolvimento individuais, projetos curriculares de grupo de atividades sociopedagógicas), apresentámos os seguintes resultados:

	Taxa de cumprimento dos PI's	Taxa de cumprimento dos objetivos do PCT	Taxa de cumprimento das atividades sociopedagógicas
Joaninhas	87%	100%	100%
Abelhinhas	91%	100%	100%
Patinhos	94%	100%	100%
Peixinhos	88%	100%	100%
Total creche	90%	100%	100%

	Taxa de cumprimento dos PI's	Taxa de cumprimento dos objetivos do PCT	Taxa de cumprimento das atividades sociopedagógicas
Pandas	78%	93%	96,5%
Golfinhos	86%	84,6%	100%
Leões	86%	76,9%	100%
Total pré-escolar	83,3%	84,8%	98,8%
Meta	»75%	»75%	»75%

Estes resultados apontam para uma taxa de sucesso bastante elevada.

No que diz respeito ao resultado do nível de satisfação dos clientes obtivemos 100% de satisfação, com 89% das respostas no parâmetro muito satisfeito e 11% das respostas no parâmetro satisfeito.

Em termos de **funcionamento da área da Infância**, destacamos as seguintes melhorias introduzidas neste último ano:

- Criação de logotipos para cada uma das salas para facilitar a organização do material de identificação, no início do ano letivo. Esta criação foi realizada por uma mãe Arquiteta que gentilmente construiu os logotipos, com base na forma do círculo que simboliza a união e a primeira forma/rabisco que as crianças fazem;
- Criação de uma biblioteca de leitura orientada, com base de dados para uma melhor procura dos livros;
- Aquisição de tabuleiros para colocação da loiça suja no pré-escolar para as crianças colocarem a loiça após a refeição. Esta medida promoveu competências de vida como também auxiliou a preparação da lavagem da loiça na cozinha.
- Substituição da sala de atendimento aos pais por um local mais reservado, num espaço que estava inutilizado (casa do Sr. Vasco).

A nível dos **serviços de apoio**, destacamos as seguintes melhorias:

Introdução de um sistema de monitorização das requisições dos detergentes com valores associados para melhor controlo do consumo. Esta melhoria levou à substituição de 3 detergentes/desinfetantes por outros semelhantes, devido ao custo elevado dos produtos;

Início da auscultação a novos fornecedores de sistemas de limpeza e desinfeção, para levantamento de produtos e preços mais competitivos, atendendo ao último resultado, no relatório de contas, da rubrica associada a esta área.

Levantamento dos produtos e custos associados à área das comunicações (rubrica onde também se constatou, no último relatório de contas, um valor nos gastos bastante elevado). As negociações só poderão ocorrer em março de 2025, altura em que o contrato termina com a operadora, ao contrário da informação inicial, de que aconteceria em outubro de 2024. As negociações estarão ao encargo do Administrador.

COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA

As atividades extracurriculares tiveram uma boa adesão, atendendo ao número de crianças que temos no pré-escolar:

	2023/24
Gymnodance	29
Xadrez	15
Inglês	20
Natação	26

Estas atividades acabam por ocupar os tempos livres das crianças, mediante inscrição dos pais, sendo também uma fonte de receita para a área da Infância.

RECURSOS HUMANOS

Análise genérica

Este ano realçamos os seguintes aspetos:

1. Instabilidade na equipa de ajudantes de ação educativa com alguns elementos a candidatarem-se aos concursos públicos para assistentes operacionais.
2. Continuidade da instabilidade na equipa dos serviços gerais atendendo às baixas médicas.

No que se refere aos nossos indicadores, apresentamos valores que não incluem a afetação de outros elementos das áreas transversais, nomeadamente cozinha, lavandaria, economato, serviços administrativos -sede e financeiro, atendendo ao sistema de percentagens atual.

	SET.23 a AGO 24
Quadro de pessoal	26
Substituições	4
Absentismo	3,9%
Baixas (total dias)	367 dias
Licenças de maternidade	2
Acidentes de trabalho	0
Aptidões parciais	1
Estágios (IEFP e Universidade Portucalense)	4

Plano de formação

Este ano foram desenvolvidas/frequentadas 9 ações de formação, com as seguintes temáticas:

Certificado de Cálculo de Comparticipações Familiares	Elaboração das Ementas nas diferentes Respostas Sociais
Gratuidade na Creche	Higienização dos Espaços
Educação Inclusiva	Gestão de Resíduos – Lipor
Plano de Segurança Interno	Ergonomia e MMC na Cozinha
Trabalhar na SCME	

RECURSOS

A nível de instalações fez-se o seguinte investimento na remodelação de espaços:

- pintura do corredor do pré-escolar
- parque de estacionamento para as bicicletas

A nível de equipamentos fizeram-se as seguintes aquisições:

- computador portátil
- material didático para as salas
- casa de jardim (totalmente financiado pelos fundos da feirinha do outono)

No que se refere a **angariação de fundos** tivemos as seguintes iniciativas:

- feirinha do outono – 950,26€ (venda de produtos confeccionados pelas equipas e crianças)
- feirinha verde (venda de artigos doados pelas famílias)
- convívio festa de final de ano (1741,21€)
- doação de rolos de papel de cenário e pincéis

ESTRATÉGIA E MELHORIA

Tendo por base os o plano de ação definido para o ano 2023/2024 iremos apresentar os respetivos resultados.

PLANO DE AÇÃO 2023/2024

Eixo estratégico: Sustentabilidade

Objetivo estratégico	Objetivo operacional	Ações/atividades	Indicador	Meta	Respons.	Resultado
Manter ou aumentar proveitos	Alargamento do acordo de cooperação para o desenvolvimento de respostas sociais (pré-escolar)	Candidatura ao PROCOOP a aguardar abertura	Valor do subsídio do ISS	≥70 utentes abrangidos pelo acordo	Diretor estab. Administrador	Não houve abertura de candidatura
	Aumento do valor das participações familiares	Aumento de 5 euros na participação familiar máxima para o ano letivo 2024/25	Taxa de crescimento participação familiar média	5 euros (excetos gratuidades)	Diretor estab. Mesa Administrativa	Realizado
	Cobrança da atividade da música na creche	8 euros		7 euros (valor sujeito a aumentos) berçário 2022/23 1 ano 2023/24 2 anos 2024/25	Diretor estab. Mesa Administrativa	Realizado
	Aumento dos donativos através da angariação de fundos monetários ou géneros alimentares	Evento Feirinha do Outono	Valor da receita apurada	≥ 5% do valor/número conseguido em 2023 = 767€	Diretor estab.	950,26€
		Dia de erradicação da pobreza – recolha de alimentos	Nº de caixotes com alimentos	≥ 15		Não apurado
		Festa de Natal	Valor da receita apurada	3,50 euros bilhete		Não se avançou com a venda de bilhetes
		Feira do livro		≥10% do valor conseguido em 2023=70,23€		Não apurado
		Feirinha verde		2023=176,80€		Não apurado
		Festa final de ano		2023=372€		1741€
	Participação em projetos com a atribuição de valor monetário ou material	Candidatura ao Bairro feliz	Valor dos prémios	1000 euros	Diretor estab.	Não passou para a fase da votação
		Projeto Eletrão		180kg		300kg
Reduzir/consumos	Redução dos gastos com energias	Aquisição de painéis solares e bomba de calor (orçamento no valor de 12.254€)	Valor dos gastos com energia	≤ 1,5% em comparação a 2023	Administrador	Não realizado

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS DE 2024

Santa Casa da Misericórdia de Espinho

Eixo estratégico: Qualidade

Objetivo estratégico	Objetivo operacional	Ações/atividades	Indicador	Meta	Respons.	Resultado
Assegurar o nível de infraestruturas adequadas ao serviço e exigências legais e de segurança	Requalificação do edifício da creche	Candidatura ao PROCOOP (a aguardar abertura)	Valor financiado	≥80% de financiamento do valor total da obra	Diretor do estab. Administrador	Não abriram candidaturas
	Continuar a equipar as salas e espaços exteriores com material lúdico-didático e de lazer	Concurso Jardim dos sentidos (parte II)	Nº de espaços reinventados: casinha exterior 3 percursos chão recreio pré	≥ 3	Diretor Estab.	Aquisição da casa do jardim
	Melhorar a segurança das instalações	Colocação de iluminação noturna na parte nascente e sul do edifício			Administrador/Chefe de manutenção	Não realizado
	Melhorar o espaço verde	Limpeza do poço e remodelação do sistema de rega			Administrador/chefe de manutenção	Não realizado
Melhorar os serviços existentes nas áreas certificadas	Evidenciar as ações para melhorar as áreas com mais dificuldade nos projetos de sala	Registar nas avaliações do projeto de sala			Diretor estabelecimento	Concretizado

Eixo estratégico: Comunicação e imagem

Objetivo estratégico	Objetivo operacional	Ações/atividades	Indicador	Meta	Respons.	Resultados
Reforço de ferramentas de comunicação	Acompanhar, manter e melhorar a infraestrutura informática através de ações de manutenção regulares	Plano de manutenção à segunda quarta feira do mês	Registo de manutenção	≥ 10	Responsável pelo departamento de informática	Não concretizado
	Melhorar a disponibilidade dos equipamentos informáticos de comunicação nas salas	Aquisição de um projetor		1	Diretor de estabelecimento	Não concretizado

Eixo estratégico: Recursos Humanos

Objetivo estratégico	Objetivo operacional	Ações/atividades	Indicador	Meta	Respons.	Resultado
Otimizar o processo dos Recursos Humanos	Fluidez da comunicação e redução do papel na gestão de horários, assiduidade, banco de horas, marcação de férias,...	Aquisição de um programa de gestão de recursos humanos	Taxa de satisfação com o novo programa	80%	Diretor estabelecimento Diretora Geral Resp. Dep. informática Técnico recursos humanos	Não concretizado

CONCLUSÃO

Este ano continuamos a sentir uma grande procura dos nossos serviços, sendo bastante numerosa a lista de espera.

Apesar de continuarmos a apetrechar as salas com material didático, sentimos que a requalificação do edifício é urgente para darmos uma melhor resposta na prestação dos cuidados.

ÁREA SAÚDE

COGE – Clínica da Santa Casa Espinho

AÇÕES/ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Em 2024, o negócio da clínica COGE foi trespasado ao Grupo Trofa Saúde, um dos maiores grupos económicos do setor da saúde, através da sua empresa “Hospital Trofa Saúde, S.A.”, resultando numa mais-valia de 362.324 €.

Até à efetivação do trespasse do negócio no final do primeiro trimestre de 2024, o volume de faturação da clínica atingiu 613.272 €, representando um aumento de 6,49% face ao mesmo período do ano anterior. No entanto, o resultado líquido da clínica ficou nos 2.043 €.

Embora a COGE demonstrasse um crescimento sólido, com um aumento de faturação de 6,4%, necessitava de uma expansão significativa da sua atividade, especialmente na área cirúrgica, para alcançar resultados positivos sustentáveis de montante considerável que permitissem a libertação de meios necessários para a sua modernização. A manutenção desse modelo de negócio representaria um desafio financeiro para a SCME e levantava dúvidas sobre o seu sucesso, dada a forte concorrência e a capacidade de oferta já existente na região.

COMUNS

Em complemento aos factos supra relatados, passamos a prestar informação adicional relativamente aos mesmos, e a caracterizar de forma sucinta, os aspetos mais relevantes dos acontecimentos e atividades desenvolvidas ao longo do ano:

- a.) O pedido de licença de construção, submetido à Câmara Municipal de Espinho no último trimestre de 2024, com base no projeto de arquitetura revisto do Pedido de Informação Prévia (PIP) para o empreendimento imobiliário no edifício da Fosforeira Portuguesa, foi indeferido em janeiro de 2025. Em resposta, estamos atualmente a reajustar o projeto para atender às novas exigências da Câmara, além de finalizar o processo de celebração do contrato com o construtor e o promotor imobiliário. O plano prevê a construção de um edifício residencial em parte do terreno, abrangendo a Rua 18 e parte das Ruas 35 e 37. Em contrapartida, o antigo edifício da Creche e Refeitório da Fosforeira, que permanecerá sob a posse da SCME, será reabilitado para apartamentos.
- b.) Na sequência do trespasse do negócio da COGE, a Mesa Administrativa decidiu cancelar o Certificado ISO 9001:2015 para a Unidade de Procriação Medicamente Assistida e os Serviços de Consultas da COGE, bem como suspender a certificação para as valências do Centro Infantil, nomeadamente a Creche e o Pré-escolar.
- c.) Na sequência do trespasse do negócio da COGE, foi celebrado, com a mesma empresa, um contrato de compra e venda de uma parcela de terreno da SCME com 6.000 m², localizada a nascente do prédio urbano do edifício-sede. Esta área resulta da unificação de uma parcela a destacar desse imóvel, acrescida de um lote de terreno e de parte de outro, ambos contíguos a norte da área destacada.
- d.) Relativamente ao processo instaurado em 2018 contra o Instituto da Segurança Social (ISS), que visa a reivindicação de valores devidos pela falta de atualização, em anos anteriores, das participações das respostas sociais Creche e Pré-escolar, o Tribunal Administrativo condenou o réu (ISS) a pagar à autora (SCME) o montante a ser apurado em incidente de liquidação das participações financeiras devidas pelos acordos de gestão e cooperação referentes ao período de 01/01/2007 a 30/09/2014. Em cumprimento da sentença proferida, a SCME submeteu ao Tribunal Administrativo o apuramento dos valores em causa e, neste momento, aguarda a decisão final do juiz.
- e.) Durante o ano, nossa equipa de manutenção continuou as obras de modernização das habitações da Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI) e da Unidade Residencial Sénior, bem como de remodelação e requalificação de espaços do imóvel da antiga COGE arrendado ao Hospital do Grupo Trofa Saúde.
- f.) Dado o avançado estado de degradação das viaturas do Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), que frequentemente compromete a prestação dos serviços devido à imobilização por avarias, a Mesa Administrativa deliberou adquirir, com a maior celeridade possível, duas viaturas elétricas adaptadas para essa finalidade.
Após consulta a várias empresas, a compra foi adjudicada à Carclasse, que apresentou um preço competitivo, equivalente ao da concorrência (34 mil euros + IVA cada), com o compromisso de entrega no prazo de 45 dias.
- g.) O processo de candidatura ao programa "Viatura Verde do PRR", destinado a apoiar a aquisição da viatura elétrica para o Serviço de Apoio Domiciliário, foi concluído no segundo semestre de 2024 com o

recebimento do saldo final do apoio, no valor de 7.500 €, correspondente a 25% dos 30.000 € do subsídio aprovado.

- h.)** O novo acordo de comodato para o edifício "Centro Infantil Espinho II", continua a não ser celebrado em 2024 em consequência do processo judicial instaurado pela SCME no Tribunal Administrativo contra o ISS.

- i.)** Foi iniciada a execução dos investimentos previstos no projeto de melhoria da eficiência energética dos nossos edifícios em Anta apoiado pela candidatura apresentada Fundo Ambiental. Nesse contexto, foi concluída a instalação de um sistema de ensombramento, com persianas exteriores na fachada poente e sul do edifício da Unidade Residencial, bem como em toda a área envidraçada do Centro de Dia.

Além disso, foi iniciada a substituição das antigas caldeiras a gás por novas caldeiras de condensação. Já a instalação dos painéis fotovoltaicos e respetivos suportes permanece pendente, uma vez que as condições do terreno, instável devido à acumulação de água das fortes chuvas, impedem a sua conclusão. Entretanto estão em curso os concursos públicos para a realização das medidas previstas.

- j.)** Devido aos elevados preços apresentados pelos concorrentes para a execução do projeto da nova cobertura do jardim de inverno, todos superiores a 240 mil euros, a obra não foi realizada conforme o previsto.

Diante desse cenário, foi solicitado ao arquiteto e ao empreiteiro que analisassem o caderno de encargos do projeto, com o objetivo de propor materiais e soluções construtivas que permitam reduzir o custo da obra.

- k.)** Entre 2025 e 2027, decorrerá uma ação de Formação Modular Certificada no âmbito do Programa Temático Demografia, Qualificações e Inclusão (PESSOAS2030), na tipologia de (Re)Qualificação de Adultos, sob a referência PESSOAS-FSE+-01110600.

Para cumprir os formalismos do programa de apoio, em finais dezembro de 2024 foi realizada a aula de apresentação à primeira turma. O projeto prevê um total de 30.000 horas de formação em diversas áreas, incluindo Artesanato, Floricultura e Jardinagem, Saúde, Trabalho Social e Orientação, e Hotelaria e Restauração, envolvendo 750 formandos externos.

Com um prazo máximo de conclusão de 36 meses, o projeto conta com um financiamento a fundo perdido, no valor de 268.647,42 €, com início de pagamento em 2025. Por esse motivo, o reconhecimento do subsídio nas contas será efetuado em 2025.

- l.)** No âmbito do PRR, foi aprovada a candidatura para o aumento da capacidade de resposta do Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) em mais cinco vagas, prevendo, simultaneamente, a requalificação e o aumento da capacidade de produção da nossa cozinha.

O apoio previsto, no valor de 90 mil euros, a fundo perdido, destina-se à melhoria do sistema de exaustão e insuflação da cozinha, à substituição de caleiras, ao revestimento do piso e à renovação de alguns equipamentos. O início do investimento está previsto para final do primeiro trimestre de 2025 com o lançamento do respetivo procedimento do Concurso Público.

5. ANÁLISE ECONÓMICA

Contas de Exploração

As variações mais significativas registadas nas contas de exploração da Instituição, são explicadas de seguida:

A. Ao nível dos rendimentos:

- I. O total da rubrica de **Prestação de Serviços** de 2024 (2.773.461€), apresenta uma descida de 34,4% face a 2023 (desceu 1.454.519€), devido ao trespasse do negócio da COGE no final do primeiro trimestre do ano de 2024.

A um nível mais desagregado desta conta, registámos uma descida na resposta Creche (desceu 35.717€), explicada pela cada vez mais abrangente gratuitidade, compensada via participações da Segurança Social, e na COGE (desceu 1.538.850€), explicado pelo dito trespasse do negócio.

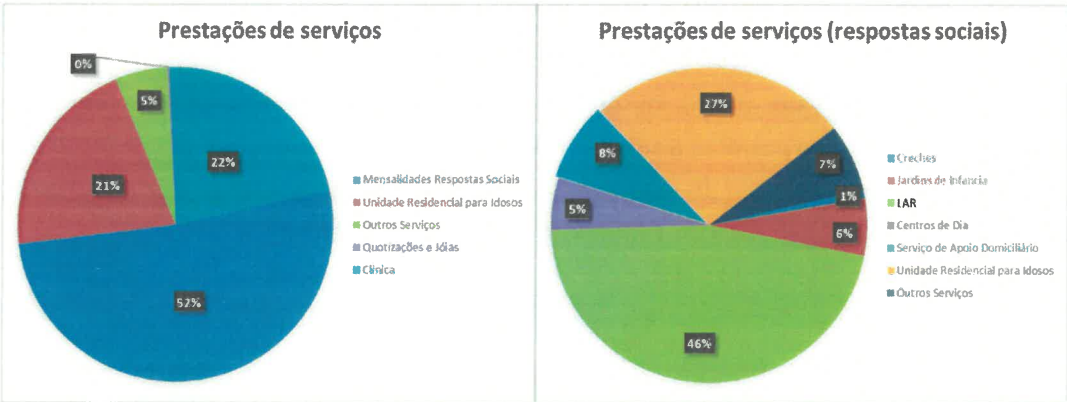
Em sentido contrário da evolução acima citada, temos a faturação de todas as outras valências, das quais destacamos a ERPI (subiu 44.168€), a Unidade Residencial (subiu 16.153€) e o Centro de Dia (subiu 23.969€).

- II. Vale a pena mencionar a evolução da Centro de Dia, cujas mensalidades e utentes protocolados aumentaram durante 2024, levando a um aumento de faturação na ordem dos 26,3%.

- III. A nível da ERPI, a mensalidade média manteve o crescimento, num aumento que se cifrou em 4,6% a mais do que 2023.

	2024	2023	2022	2021	Var 2024/2023	Var 2023/2022	Var 2022/2021
Prestações de serviços	2 773,46	4 227,98	4 017,15	3 604,11	-34,4%	5,2%	11,5%
Mensalidades Respostas Sociais	1 431,75	1 391,13	1 381,86	1 298,54	2,9%	0,7%	6,4%
Creches	18,64	54,36	83,92	85,31	-65,7%	-35,2%	-1,6%
Jardins de Infancia	125,72	129,72	126,00	112,56	-3,1%	3,0%	11,9%
LAR	1 000,25	956,09	954,35	920,86	4,6%	0,2%	3,6%
Centros de Dia	115,23	91,26	83,77	61,40	26,3%	8,9%	36,4%
Serviço de Apoio Domiciliário	171,90	159,70	133,81	118,41	7,6%	19,4%	13,0%
Unidade Residencial para Idosos	573,04	556,88	490,48	408,53	2,9%	13,5%	20,1%
Outros Serviços	149,61	121,07	113,99	98,52	23,6%	6,2%	15,7%
Quotizações e Jóias	5,79	6,77	6,47	6,97	-14,4%	4,5%	-7,1%
Clínica	613,27	2 152,12	2 024,34	1 791,55	-71,5%	6,3%	13,0%

(mil €)



RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS DE 2024

Santa Casa da Misericórdia de Espinho

IV. A comparticipação da Segurança Social, em termos globais, aumentou 11,0%, ou seja, mais 130.143€. Tal evolução resulta do efeito da gratuidade da creche e do aumento geral de 9,6% das comparticipações em relação a 2023, bem como os apoios extraordinários durante o ano.

V. A conta de Subsídios do Estado inclui, para além das comparticipações da Segurança Social às nossas valências, outros subsídios: o IEFP, com o valor de 35.274€, referente à contratação temporária de pessoal ao abrigo do programa ATIVAR e outros tipos de estágios. No total, estes outros subsídios variaram 3.646€ em relação a 2023, explicado pela normalização da utilização deste tipo de instrumentos (ver a rubrica dos Gastos com Pessoal).

	2024	2023	2022	2021	Var 2024/2023	Var 2023/2022	Var 2022/2021
Subsídios Estado e outros EP	1 674,98	1 541,19	1 450,48	1 493,00	8,7%	6,3%	-2,8%
Creches	336,36	294,66	240,88	219,69	14,2%	22,3%	9,6%
Jardins de Infancia	163,07	158,54	148,18	143,09	2,9%	7,0%	3,6%
Lares	783,55	728,41	652,23	585,16	7,6%	11,7%	11,5%
Centros de Dia	57,44	49,25	44,48	41,12	16,6%	10,7%	8,2%
Apoio Domiciliario	191,39	184,11	168,53	155,71	4,0%	9,2%	8,2%
Comparticip Adicional + Vagas ERPI	70,01	61,38	50,54	71,74	14,1%	21,5%	-29,6%
Cantinas Sociais/Prog Emerg Aliment	37,88	33,20	27,03	27,68	14,1%	22,9%	-2,4%
Outros Subsídios Eventuais	0,00	0,00	7,62	15,04	0,0%	-100,0%	-49,3%
IEFP	35,27	31,63	110,99	233,77	11,5%	-71,5%	-52,5%

(mil €)

VI. Ao nível dos **Outros Rendimentos**, verificamos uma subida de 399.552€ (subiu 83,4% em relação a 2023) que importa desagregar. Vimos: o negócio do trespasse da COGE concretizar-se (362.324€); o aumento de Rendimento em Investimentos não Financeiros aumentar 118.170€, devido ao aumento de rendas recebidas em edifícios; o valor dos Rendimentos Suplementares diminuir 4.605€, devido ao fim da imputação da quota parte do diferimento de cedência de utilização das suites da Unidade Residencial; uma descida em Outros Rendimentos não especificados de 79.510€, em grande parte justificado pelo fim dos donativos do Continente (diminuiu 83.1237€, com impacto equivalente no Custo das matérias consumidas); a diminuição do subsídio do Turismo de Portugal em 5.990€; um aumento de Outros não especificados na ordem dos 8.556€, justificado por um aumento de cedência de espaços; e vimos o valor em Consignação de IRS aumentar na ordem de 4.199€.

	2024	2023	2022	2021	Var 2024/2023	Var 2023/2022	Var 2022/2021
Outros rendimentos e ganhos	878,64	479,09	450,57	442,36	83,4%	6,3%	1,9%
Rendimentos suplementares	28,11	32,71	23,66	10,94	-14,1%	38,3%	116,3%
Descontos pronto pagamento obtidos	3,30	3,23	3,08	2,77	2,2%	4,9%	11,2%
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00	0,00	1,99	0,0%	0,0%	-100,0%
Rendas em propriedades de inv	295,84	184,24	179,05	177,27	60,6%	2,9%	1,0%
Sinistros	1,34	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,0%	0,0%
Alienações	5,22	0,00	6,36	1,83	0,0%	-100,0%	247,9%
Trespasse COGE	362,32	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,0%	0,0%
Correcções de períodos anteriores	1,70	0,00	0,04	0,02	0,0%	-100,0%	108,0%
Imputação subsídios p/ investimentos	7,24	17,29	26,09	35,97	-58,1%	-33,7%	-27,5%
Outros não especificados	162,06	241,57	208,60	208,02	-32,9%	15,8%	0,3%
Consignação de IRS	9,21	5,01	6,61	7,33	83,8%	-24,2%	-9,8%
Rend Liq Eventos Angariação Fundos	0,00	3,14	0,00	0,00	-100,0%	0,0%	0,0%
Donativos	70,35	153,49	130,99	115,53	-54,2%	17,2%	13,4%
Sector Residencial	0,00	0,00	0,00	2,41	0,0%	0,0%	-100,0%
Inspecção Geral de Jogos	59,46	65,45	63,11	80,47	-9,2%	3,7%	-21,6%
Outros nao Especificados	23,04	14,49	7,89	2,27	59,1%	83,5%	247,1%
Juros Obtidos	11,51	0,05	3,68	3,55	21792,5%	-98,6%	3,7%

(mil €)

B. Ao nível dos gastos:

Em seguida, iremos elencar as variações mais significativas em contas de gastos:

I. Custo das matérias consumidas diminuiu 17,7% e 192.079€ relativamente a 2023.

As principais subcontas de consumos que contribuíram para a diminuição foram: Géneros alimentares (desceu 93.176€), Material Clínico (desceu 85.798€) e Outro Material (desceu 16.124€), descidas estas explicadas pelo trespasse do negócio da COGE e pela contenção de gastos em geral. De referir que os Géneros alimentares incluem os donativos alimentares do Grupo Continente (no valor de 29.240€), que desceram 76.316€ (e findaram) em 2024.

	2024	2023	2022	2021	Var 2024/2023	Var 2023/2022	Var 2022/2021
Custo das matérias consumidas	892,69	1 084,77	1 053,22	871,95	-17,7%	3,0%	20,8%
Generos Alimentares c/ don.Continente	482,86	576,03	529,28	418,87	-16,2%	8,8%	26,4%
Material Clínico	285,84	371,64	375,89	340,43	-23,1%	-1,1%	10,4%
Material Hoteleiro	19,48	16,98	31,61	22,16	14,7%	-46,3%	42,7%
Outro Material	104,51	120,12	116,44	90,50	-13,0%	3,2%	28,7%

(mil €)

II. Ao nível dos FSE:

Nos **Serviços Especializados** assistimos à diminuição global de 1.007.258€ (desceu 49,4%) e é explicado pelo(a):

- descida dos trabalhos especializados, devido ao trespasse do negócio da COGE (50.276€),
- diminuição dos honorários pagos aos profissionais de saúde da clínica (992.773€), devido trespasse do negócio da COGE,
- aumento dos honorários dos profissionais que estão afetos a área social (27.605€),
- diminuição de Publicidade e Propaganda (11.988€), devido ao trespasse do negócio da COGE.

A rubrica **Materiais** viu aumentar o seu valor em 16.146€ devido a compras avultadas em 2024, realizadas com o objetivo de melhorarmos o serviço prestado aos nossos utentes e as condições de trabalho dos colaboradores.

A rubrica **Energia e Fluidos** diminuiu 4.912€ (2,77%), explicada maioritariamente pela diminuição dos preços do gás (9.559€) e um pequeno aumento no preço da electricidade (5.214€) em 2024.

A rubrica **Deslocações, estadas e transportes**, registou uma diminuição de 6.689€ em 2024.

A rubrica de **Serviços Diversos** sofreu um aumento de 11.566€ (aumentou 12,2%), devido a um aumento de Contencioso e Notariado (1.831€), a um aumento de seguros (4.707€) e mais gastos em Outros Serviços (aumentou 9.115€). Em contrapartida, as despesas com comunicação diminuíram (menos 3.725€).

	2024	2023	2022	2021	Var 2024/2023	Var 2023/2022	Var 2022/2021
Fornecimentos e serviços externos	1 032,79	2 040,04	2 129,08	1 845,27	-49,4%	-4,2%	15,4%
Serviços especializados	653,47	1 676,84	1 620,87	1 491,12	-61,0%	3,5%	8,7%
Materiais	57,92	41,77	56,50	44,11	38,7%	-26,1%	28,1%
Energia e fluidos	172,36	177,27	303,40	192,25	-2,8%	-41,6%	57,8%
Deslocações, estadas e transportes	42,45	49,14	46,49	25,11	-13,6%	5,7%	85,2%
Serviços diversos	106,60	95,03	101,82	92,69	12,2%	-6,7%	9,9%

(mil €)

III. Ao nível dos Gastos com Pessoal:

- a. Os **Gastos com Pessoal** de 2024, em comparação com 2023, diminuiram 105.152€ (desceram 3,3%), muito devido ao trespasse do negócio da COGE.
- b. No entanto, e devido ao facto que no valor total desta conta estão incluídos os gastos suportados com a contratação de trabalhadores temporários ao abrigo do programa ATIVAR e outro tipo de estágios do IEFP, temos de ponderar este valor com a variação acima descrita dos subsídios do IEFP (que aumentou 3.646€).
- Se fosse possível lançar contabilisticamente aquele subsídio, não na respetiva conta de receitas, mas nesta conta de gastos com o pessoal, a taxa de diminuição desta passaria a ser de 3,5% relativamente a 2023.

	2024	2023	2022	2021	Var 2024/2023	Var 2023/2022	Var 2022/2021
Gastos com pessoal	3 074,81	3 179,96	2 831,96	2 681,98	-3,3%	12,3%	5,6%
Gastos com pessoal (coconsiderando subs. IEFP)	3 039,53	3 148,33	2 720,96	2 448,21	-3,5%	15,7%	11,1%

(mil €)

- c. O peso desta rubrica no total de rendimentos aumentou em relação a 2023 e continua a ser a mais elevada de todas, com 68,5%.

C. Resultados

- I. O resultado apurado em 2024, foi positivo em 176.475,19€, o que corresponde a uma melhoria no valor de 401.047,18€ relativamente ao prejuízo de 2023.
- II. O **EBITDA** apurado em 2024 foi positivo em 327.068,73€, o que representa uma melhoria significativa quando comparado com os negativos 52.393,93€ de 2023.

D. Ao nível dos investimentos e alienações:

- I. Os investimentos realizados no período mais relevantes são os referenciados no seguinte quadro:

Equipamento	Valor
Carro estufa	1.777,43€
Sistema sombreamento *	33.272,85€
Caldeiras *	31.620,23€
UPAC - Painéis fotovoltaicos *	43.253,50€
Outros *	1.968,00€
Soma	111.892,01€

* Imobilizado em curso

- II. Alienções de imobilizado mais relevantes, realizadas em 2024:

Em 2024 não foi alienado qualquer imóvel ou outro ativo da instituição com valor materialmente relevante.

Toda a informação relativa ao imobilizado abatido em decorrência do trespasse do negócio da COGE – Clínica Santa Casa de Espinho está disponível no anexo deste documento.

E. Indicadores

	2024	2023	2022	2021	Var 2024/2023	Var 2023/2022	Var 2022/2021	
Indicadores								
Autonomia Financeira	76,7%	70,6%	72,7%	74,4%	6,1%	-2,1%	-1,7%	(p.p.)
Fundo de Maneio	420,26	174,55	195,51	1 083,19	140,8%	-10,7%	-82,0%	(mil €)
Gastos Fixos/Gastos Totais (s/ pessoal)	23,4%	17,2%	20,7%	26,3%	36,0%	-16,9%	-21,4%	(p.p.)

Ao analisar a nossa estrutura de balanço, verificamos um aumento de 6,1 p.p. no indicador da autonomia financeira, cifrando-se num elevado nível de robustez (76,7%).

O fundo de maneio melhorou em 2024, tendo beneficiado de menores stocks, menores dívidas de clientes (muito devido ao trespasse da COGE).

Como corolário, o ponto crítico de exploração continuou a situar-se nos 5,0%.

Por último, apesar de todas as contrariedades, reiteramos o compromisso de procurar adotar todas as medidas consideradas essenciais, no sentido de tentar garantir a sustentabilidade da Instituição, apesar da grave conjuntura económica que o país atravessa e aos gastos crescentes derivados de novas exigências de entidades públicas, para manter em funcionamento as diversas respostas sociais, sem qualquer apoio financeiro das mesmas.

6. DONATIVOS E SUBSÍDIOS

DONATIVOS RECEBIDOS

Entidade	Tipo de Donativos	
	Valor	Espécie
Particulares	24.075,26	
Empresas e Outras Entidades	17.035,29	29.240,9
Total (em euros)	41.110,55	29.240,9

7. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

- Por deliberação da Mesa Administrativa, foi liquidado, em 21 de janeiro de 2025, o saldo remanescente de 226.202,04€ do empréstimo de 500.000,00€, contraído junto do banco Montepio em 2020 ao abrigo da Linha de Crédito Covid-19, contrato nº 182.36.100442-3_SCM Espinho.
- No dia 21 de fevereiro de 2025, foi assinado o Termo de Aceitação do apoio concedido pelo ISS, no valor de 40.000€, para a aquisição de uma viatura 100% elétrica com capacidade para nove lugares ou sete lugares com espaço para cadeira de rodas..

8. APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2024, que compreendem o Balanço Individual, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração Resultados por Valência e o Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Mesa Administrativa no dia 26 de fevereiro de 2025. No entanto os irmãos poderão em Assembleia Geral não aprovar as presentes demonstrações e solicitar alteração.

A Mesa Administrativa, propõe a Assembleia Geral, no caso desta aprovar as presentes demonstrações, que o resultado do exercício, no montante de 176.475,19 €, seja transferido para a conta de resultados transitados.

Espinho, 26 de fevereiro 2025

A Mesa Administrativa

9. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1- Balanço

Unidade monetária (€)				
Código De Contas	Balanço	Nota	31/12/2024	31/12/2023
ATIVO				
Ativo não corrente				
431-4319+433-4339+453-459	Ativos fixos tangíveis	3 6	4 482 023,85	4 622 277,38
44+454-459	Ativos intangíveis		3 397,44	6 532,68
41	Investimentos financeiros	7	26 231,38	26 231,38
			4 511 652,67	4 655 041,44
Ativo corrente				
32+33+34+35+36+39	Inventários	9	54 696,97	165 856,91
24	Créditos a Receber		65 053,44	188 702,95
232+238-239+2721+278-279	Estado e outros entes públicos	19.2	4 312,83	13 466,42
281	Outras contas a receber		191 398,09	75 362,49
14	Diferimentos	19.3	9 714,28	9 849,06
11+12+13	Outros instrumentos financeiros	16.1	0,00	0,00
	Caixa e depósitos bancários	4.1	1 220 707,53	939 577,69
			1 545 883,14	1 392 815,52
	Total do Ativo		6 057 535,81	6 047 856,96
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
Fundos Patrimoniais				
51	Fundos	19.1	965 313,00	965 313,00
56	Resultados transitados	19.1	-790 634,08	-566 015,40
59	Outras variações nos fundos patrimoniais	19.1	4 295 452,76	4 097 789,73
818	Resultado líquido do período		176 475,19	-224 618,68
	Total dos Fundos Patrimoniais	19.1	4 646 606,87	4 272 468,65
PASSIVO				
Passivo não corrente				
25	Financiamentos obtidos	8	281 801,51	555 168,62
237+2711+2712+275	Outras contas a pagar		3 500,00	1 950,00
			285 301,51	557 118,62
Passivo corrente				
221+222+225	Fornecedores		116 749,01	122 476,72
24	Estado e outros entes públicos	19.2	127 520,86	139 942,18
25	Financiamentos obtidos	8	273 251,49	147 772,58
282+283	Diferimentos	19.3	0,00	26 380,72
231+238+2711+2712+2722+278	Outros Passivos correntes	19.4	608 106,07	781 697,49
			1 125 627,43	1 218 269,69
	Total do Passivo		1 410 928,94	1 775 388,31
	Total do Capital Próprio e do Passivo		6 057 535,81	6 047 856,96

2- Demonstração de Resultados Líquidos

Unidade monetária (€)

Código De Contas	Demonstração Dos Resultados Por Naturezas [Modelo Geral]	NOTAS	Período 2024	Período 2023
+71+72	Vendas e serviços prestados	+ 10	2 773 461,48	4 228 341,60
+75	Subsídios, doações e legados à exploração	+ 12.b	1 714 330,03	1 571 188,26
-61	Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	- 9	-892 693,96	-1 085 180,53
-62	Fornecimentos e serviços externos	-	-1 032 786,15	-2 040 044,32
-63	Gastos com pessoal	- 17	-3 074 807,68	-3 179 959,85
-651+7621	Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	- /+	-6 198,91	-4 476,66
+78(s/ 785) +791 (s/ 7915) +798	Outros rendimentos	+ 10	878 644,72	479 092,72
-68(s/ 685)-6918-6928-6988	Outros gastos	-	-32 880,80	-21 401,84
	Resultado antes de depreciações, gastos de financ. e impostos	=	327 068,73	-52 440,62
-64+761	Gastos/reversões de depreciação e de amortização	- /+	-116 293,57	-143 444,91
	Resultado operacional (antes de gastos de financ. e impostos)	=	210 775,16	-195 885,53
-6911-6921-6981	Juros e gastos similares suportados	-	-34 299,97	-28 733,15
811	Resultado antes de impostos	=	176 475,19	-224 618,68
818	Resultado líquido do período	=	176 475,19	-224 618,68

3- Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais

DESCRIÇÃO		Capital realizado	Reservas	Resultados transitados	Outras variações nos fundos Patrimoniais	Resultado líquido do período	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO EM 01.01.2024	1	965 313,00	0,00	-566 015,40	4 097 789,73	-224 618,68	4 272 468,65
ALTERAÇÕES NO PERÍODO:	2	0,00	0,00	-224 618,68	197 663,03	224 618,68	197 663,03
Doações					110,94		110,94
Reafecção ao exercício de subsídios ao Investimento					-7 239,24		-7 239,24
Outras alterações reconhecidas no património líquido					204 791,33		204 791,33
Aplicação do resultado do período anterior				-224 618,68		224 618,68	0,00
	1+2	965 313,00	0,00	-790 634,08	4 295 452,76	0,00	4 470 131,68
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO						176 475,19	176 475,19
POSIÇÃO EM 31.12.2024		965 313,00	0,00	-790 634,08	4 295 452,76	176 475,19	4 646 606,87

DESCRIÇÃO		Capital realizado	Reservas	Resultados transitados	Outras variações nos fundos Patrimoniais	Resultado líquido do período	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO EM 01.01.2023	1	965 313,00	0,00	-348 423,56	4 090 344,40	-217 591,84	4 489 642,00
ALTERAÇÕES NO PERÍODO:	2	0,00	0,00	-217 591,84	7 445,33	217 591,84	7 445,33
Doações					0,00		0,00
Reafecção ao exercício de subsídios ao Investimento					7 445,33		7 445,33
Outras alterações reconhecidas no património líquido							0,00
Aplicação do resultado do período anterior				-217 591,84		217 591,84	0,00
	1+2	965 313,00	0,00	-566 015,40	4 097 789,73	0,00	4 497 087,33
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO						-224 618,68	-224 618,68
POSIÇÃO EM 31.12.2023		965 313,00	0,00	-566 015,40	4 097 789,73	-224 618,68	4 272 468,65

4- Demonstração Fluxos de Caixa

RUBRICAS			Unidade monetária (€)	
			PERÍODOS	
			2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais método direto				
Recebimentos de Clientes e Utentes		+	4 606 194,73	5 681 611,25
Pagamentos a fornecedores		-	1 662 637,33	1 900 954,78
Pagamentos ao pessoal		-	2 116 569,87	2 261 850,57
Caixa gerada pelas operações		+/-	826 987,53	1 518 805,90
Outros recebimentos/pagamentos		+/-	- 816 794,26	-2 005 841,01
Fluxos de caixa das atividades operacionais	(1)	+/-	10 193,27	-487 035,11
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos fixos tangíveis		-		48 579,21
Recebimentos provenientes de:				
Ativos fixos tangíveis		+	5 333,34	0,00
Outros ativos		+	298 597,84	184 099,92
Subsídios ao investimento		+	97 927,19	258 531,25
Juros e rendimentos similares		+	11 513,26	52,59
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(2)	+/-	413 371,63	394 104,55
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos		+	80 000,00	350 000,00
Doações		+	41 110,55	47 930,23
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos		-	227 888,20	142 492,60
Juros e gastos similares		-	35 657,41	23 727,75
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(3)		-142 435,06	231 709,88
Variação de caixa e seus equivalentes	(1)+(2)+(3)		281 129,84	138 779,32
Caixa e seus equivalentes no início do período		+/-	939 577,69	800 798,37
Caixa e seus equivalentes no fim do período		+/-	1 220 707,53	939 577,69

5- Demonstração Resultados por Valência

Código De Contas	Demonstração dos Resultados	Creche	Pré-Escolar	Lar	Centro de Dia	SAD	Proj Incorpora	Emerg. Alim.	Atividade Não Social e Comuns	Soma
+71+72	Vendas e serviços prestados	28 804,90	162 196,10	1 066 959,60	129 189,46	172 474,76	0,00	350,00	1 213 486,66	2 773 461,48
+75	Subsídios, doações e legados à exploração	337 519,47	164 481,95	874 183,22	59 114,68	193 053,82	33 000,00	44 227,50	8 749,39	1 714 330,03
-61	Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-27 352,82	-44 928,17	-476 914,39	-24 579,81	-80 265,75	-685,87	-39 844,64	-198 122,50	-892 693,96
-62	Fornecimentos e serviços externos	-36 679,68	-55 963,59	-320 667,52	-48 845,50	-51 943,19	-1 833,56	-2 006,21	-514 846,91	-1 032 786,15
-63	Gastos com pessoal	-342 504,78	-256 965,67	-1 503 453,15	-162 072,37	-225 946,53	-27 937,72	-2 993,51	-552 933,96	-3 074 807,68
-651+7621	Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	0,00	-151,23	-2 879,96	-264,12	0,00	0,00	0,00	-2 903,60	-6 198,91
+78(s/ 785)+791 (s/ 7915)+798 -68(s/ 685)-6918-6928-6988	Outros rendimentos e ganhos	5 233,90	6 953,15	69 959,74	18 901,96	25 035,82	0,00	0,00	752 560,15	878 644,72
	Outros gastos e perdas	-638,69	-687,82	-13 363,21	-587,15	-1 981,26	0,00	-93,73	-15 528,94	-32 880,80
	Resultado antes de depreciações, gastos de financ. e impostos	-35 617,70	-25 065,27	-306 175,67	-29 142,85	30 427,67	2 542,85	-360,59	690 460,30	327 068,73
-64+761	Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-4 194,74	-4 303,23	-38 441,70	-20 480,32	-12 536,57	0,00	0,00	-36 337,00	-116 293,57
	Resultado operacional (antes de gastos de financ. e impostos)	-39 812,45	-29 368,50	-344 617,38	-49 623,17	17 891,10	2 542,85	-360,59	654 123,30	210 775,16
-6911-6921-698	Juros e gastos similares suportados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-34 299,97	-34 299,97
818	Resultado líquido do período	-39 812,45	-29 368,50	-344 617,38	-49 623,17	17 891,10	2 542,85	-360,59	619 823,33	176 475,19

10. ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS 2024

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

- **Designação da entidade:** SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ESPINHO
- **Sede:** Rua da Idanha nº 300, União de freguesias de Anta e Guetim, Concelho de Espinho
- **NIPC:**500 951 527
- **NISS:**20006315139
- **Natureza da Atividade:** pessoa coletiva de direito canónico, ereta por decreto de 1987-05-26 de D. Júlio Tavares Rebimbas, Arcebispo-Bispo do Porto, e Pessoa Coletiva de Utilidade Pública, registada, a título definitivo, na Direção Geral de Solidariedade e Segurança Social, desde 1982-06-04, no Livro n.º 1 das Irmandades das Misericórdias, sob o n.º 31/82, em conformidade com o disposto nos Estatutos das Instituições Particulares de Solidariedade Social.

Tem como atividade principal ação social para pessoas idosas, com e sem alojamento, e atividades estabelecimento de saúde com internamento
- **Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.**

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Entidade e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística – Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo (NCRF - ESNL), regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 julho (Aprova o SNC) – Inclui a Declaração de Retificação n.º 67 – B/2009, de 11 de setembro, as alterações resultantes da Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto, do Decreto-Lei n.º 36 – A /2011, de 9 de março, do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que a república, e o Decreto Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro;
- Modelos das Demonstrações Financeiras (Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho) – Inclui as alterações introduzidas pela declaração de retificação n.º 41-B/2015, de 21 de setembro;
- Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo (Aviso n.º 8259/2015, e 29 de julho) – Inclui a declaração de retificação n.º 916/2015, de 19 de outubro.

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da entidade, sempre que a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo (NCRF - ESNL) não responda a aspetos particulares que se coloquem a dada entidade em matéria de contabilização ou de relato financeiro de transações ou situações, e a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu não preenchimento impeça o objetivo de ser prestada informação que, de forma verdadeira e apropriada, traduza a posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, a entidade recorre, tendo em vista tão-somente a supressão dessa lacuna, supletivamente e pela ordem indicada às:

- a) NCRF e Normas Interpretativas (NI);
- b) Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho;

- c) Normas internacionais e Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC – IFRIC.

Exceto quanto ao que for especificamente estabelecido nesta norma (NCRF - ESNL), são aqui acolhidos os conceitos, definições e procedimentos contabilísticos de aceitação generalizada em Portugal, tal como enunciados no Sistema de Normalização Contabilística (SNC), tendo como base de referência a correspondente Estrutura Conceptual. Os termos e expressões utilizados nesta norma, que correspondem às constantes das NCRF, são compilados em glossário disponibilizado no sítio internet da Comissão de Normalização Contabilística.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Entidade e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no Artigo n.º 4º da Portaria n.º 220 / 2015, de 24 de julho, designadamente;

- O Balanço, modelo ESNL;
- A Demonstração dos resultados por naturezas, modelo ESNL;
- A Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais;
- A Demonstração dos fluxos de caixa, modelo ESNL;
- O Anexo, modelo ESNL.

Os termos e expressões utilizados nesta norma, que correspondem aos constantes das NCRF - ESNL, são compilados em glossário disponibilizado no sítio internet da Comissão de Normalização Contabilística.

2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as ESNL que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2023, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do Sistema de Normalização Contabilística para as ESNL.

No entanto, e apesar dessa conformidade, na comparabilidade das demonstrações financeiras deverá considerar-se o impacto do trespasse do negócio da COGE – Clínica Santa Casa de Espinho. Esta operação teve especial impacto nas seguintes rubricas:

- **Prestação de Serviços Secundários:** a sua diminuição é consequência de a faturação dos serviços clínicos terem terminado a 31 de março de 2024, data em que a clínica COGE deixou de estar sob a posse da SCME.
- **Custo das Matérias Consumidas:** a sua diminuição é consequência do consumo de serviços clínicos terem terminado a 31 de março de 2024, data em que a clínica COGE deixou de estar sob a posse da SCME.
- **Fornecimentos e Serviços Externos:** a sua diminuição é consequência de o consumo de serviços clínicos terem terminado a 31 de março de 2024, data em que a clínica COGE deixou de estar sob a posse da SCME.

- **Custos com Pessoal:** a redução do número de colaboradores da instituição em razão da desvinculação ou transferência dos profissionais que atuavam na clínica, justifica a diminuição dos valores desta rubrica.
- **Inventários:** redução do valor do inventário transferido em decorrência do trespasse do negócio.
- **Ativos Fixos Tangíveis:** a sua diminuição é consequência do abate dos bens transferidos para a nova entidade no âmbito do trespasse.
- **Passivo – Outros Devedores e Credores:** redução dos créditos devidos a terceiros, especialmente a prestadores de serviços na área da saúde.
- **Resultados do Exercício:** Impactado pelo ganho de capital resultante do trespasse do negócio, no montante de 362.324,15 €.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

- **Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ESPINHO, de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro.

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

- Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.
- As depreciações são efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.
- Vidas úteis foram determinadas de acordo com expectativa de afetação do desempenho.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

ATIVO FIXO TANGÍVEL	Vida útil estimada
Edifícios e outras construções	Entre 20 e 50 anos
Equipamento básico	Entre 4 e 10 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	Entre 4 e 6 anos
Outros ativos fixos tangíveis	Entre 3 e 8 anos

A vida útil e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registados como gastos do exercício em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos que ainda não se encontram em condições necessária ao seu funcionamento/utilização. Estes ativos fixos tangíveis passaram a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela Instituição.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Não foi reconhecida nenhum ativo passível de ser enquadrado como propriedade de investimento.

IMPARIIDADE DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Instituição com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

INVENTÁRIOS

Mercadorias e Matérias-Primas

As mercadorias e matérias-primas, subsidiárias e de consumo serão valorizadas ao custo médio. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio como fórmula de custeio, em sistema de inventário permanente.

RÉDITO

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data do relato pode ser valorizada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

SUBSÍDIOS

Os subsídios, incluindo subsídios não monetários, são reconhecidos após existir segurança de que:

- A instituição cumprirá as condições a eles associadas;
- Os subsídios serão recebidos.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos Fundos Patrimoniais e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretendem que eles compensem.

Consideram-se subsídios não reembolsáveis quando exista um acordo individualizado de concessão de subsídio a favor da entidade, se tenham cumprido as condições estabelecidas para a sua concessão e não existam dúvidas de que os subsídios serão recebidos.

Os subsídios recebíveis pela entidade como compensação por gastos incorridos num período anterior são reconhecidos como rendimento do período em que se tornar recebível, com a divulgação necessária para assegurar que o seu efeito seja claramente compreendido.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

- **Membros e outras dívidas de terceiros**

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu custo amortizado. Dado que não vencem juros e o seu prazo de vencimento é inferior a 12 meses, o efeito do desconto é considerado imaterial, pelo que nas presentes demonstrações financeiras o custo amortizado é substancialmente equivalente ao valor nominal.

As dívidas de terceiros são apresentadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidade de forma a refletir o seu valor realizável líquido. As perdas de imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal a SCME tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como, informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos. No caso de disponibilidade de informação judicial que comprove a existência de ameaças à continuidade das operações do devedor ou à capacidade de satisfazer os seus compromissos, ou ainda, a partir do momento em que a SCME tenha em curso ação judicial com vista à cobrança dos seus créditos, são reconhecidas perdas por imparidade correspondente à totalidade do crédito.

As outras contas a receber são registadas pelo seu valor nominal deduzidas por eventuais perdas por imparidade pois a SCME considera que o impacto que o critério do custo amortizado teria nas suas contas seria nulo.

- **Fornecedores e outras dívidas a terceiros**

Os saldos de fornecedores e outros terceiros respeitam à generalidade das aquisições de bens e serviços contratadas pela SCME no decurso normal da sua atividade e de acordo com as condições normais de mercado, que correspondem a um crédito de curto prazo.

As dívidas a terceiros são registadas pelo valor nominal, descontado de eventuais juros calculados e reconhecidos de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

Entendemos referir que as condições normais de mercado correspondem a um crédito de curto prazo, pelo que a SCME considera que o impacto que o critério do custo amortizado teria nas suas contas seria nulo.

O desreconhecimento das dívidas a terceiros só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Se o pagamento for devido de um ano ou menos, são classificadas com "Passivo Corrente", caso contrário, são classificadas como "Passivo Não Corrente".

- **Empréstimos**

Os empréstimos são registados no passivo pelo custo amortizado usando o método do juro efetivo, sendo expresso no balanço no passivo corrente ou não corrente, decorrente de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respetivamente.

O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime de acréscimo.

- **Periodizações**

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os

correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas “Outras contas a receber e a pagar” e “Diferimentos”.

- **Caixa e depósitos bancários**

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

- **Benefícios de empregados**

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo sempre pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

- **Eventos subsequentes**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem os valores dos ativos e passivos existentes à data do mesmo são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- **Outras políticas contabilísticas**

Não existem outras políticas contabilísticas para além das já expressas.

- **Principais pressupostos relativos ao futuro**

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ESPINHO mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- **Principais fontes de incerteza das estimativas**

Na preparação das demonstrações financeiras foram efetuadas estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

4. FLUXOS DE CAIXA

- **Desagregação inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários**

Descrição	Conta	31.12.2024	31.12.2023
Caixa	11	3 908,26	7 072,03
Total de Caixa		3 908,26	7 072,03
Depósitos à ordem	12	316 798,98	252 123,74
Depósitos a prazo	13	900 000,29	680 381,92
Total de disponibilidades		1 220 707,53	939 577,69

Nota: Consultar informação adicional no ponto 2.3 deste anexo.

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Não foram realizadas alterações nas políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

- Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.
- As depreciações são efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.
- Vidas úteis foram determinadas de acordo com expectativa de afetação do desempenho.

Movimentos 2024

Descrição	01-01-2024	Adições	Reaval.	Alienações	Abates	Transf.	31-12-2024
Terrenos e recursos naturais	1 361 026,56						1 361 026,56
Edifícios e outras construções	6 956 076,39						6 956 076,39
Equipamento básico	2 695 418,21	1 777,43			1 257 379,02	11 872,47	1 451 689,09
Equipamento de transporte	237 666,30						237 666,30
Equipamentos administrativos	1 208 407,57				63 579,49		1 144 828,08
Outros ativos tangíveis	41 002,91						41 002,91
Investimentos em curso ativos fixos tangíveis	1 022 937,22	110 114,58				-11 872,47	1 121 179,33
Ativo tangível bruto	13 522 535,16	111 892,01	0,00	0,00	1 320 958,51	0,00	12 313 468,66
Depreciações acumuladas	8 900 257,78	113 158,33			1 181 971,30		7 831 444,81
Perdas por imparidade e reversões acumuladas	0,00						0,00
Depreciação acumulada	8 900 257,78	113 158,33	0,00	0,00	1 181 971,30	0,00	7 831 444,81
Ativo tangível líquido	4 622 277,38	-1 266,32	0,00	0,00	138 987,21	0,00	4 482 023,85

Nota: os abates referem-se à operação de trespasse referida no ponto 2.3 deste anexo.

Movimentos 2023

Descrição	01-01-2023	Adições	Reaval.	Alienações	Abates	Transf.	31-12-2023
Terrenos e recursos naturais	1 361 026,56						1 361 026,56
Edifícios e outras construções	6 956 076,39						6 956 076,39
Equipamento básico	2 680 066,51	15 351,70					2 695 418,21
Equipamento de transporte	153 878,70	83 787,60					237 666,30
Equipamentos administrativos	1 203 733,57	4 674,00					1 208 407,57
Outros ativos tangíveis	41 002,91						41 002,91
Investimentos em curso - ativos fixos tangíveis	986 815,54	36 121,68					1 022 937,22
Ativo tangível bruto	13 382 600,18	139 934,98	0,00	0,00	0,00	0,00	13 522 535,16
Depreciações acumuladas	8 759 686,84	140 570,94					8 900 257,78
Perdas por imparidade e reversões acumuladas	0,00						0,00
Depreciação acumulada	8 759 686,84	140 570,94	0,00	0,00	0,00	0,00	8 900 257,78
Ativo tangível líquido	4 622 913,34	-635,96	0,00	0,00	0,00	0,00	4 622 277,38

7. ATIVOS INTANGÍVEIS

Movimentos 2024

Descrição	01-01-2024	Adições	Reaval.	Alienações	Abates	Transf.	31-12-2024
Outros ativos intangíveis	31 562,83						31 562,83
Ativo intangível bruto	31 562,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31 562,83
Depreciações acumuladas	25 030,15	3 135,24					28 165,39
Perdas por imparidade e reversões acumuladas	0,00						0,00
Depreciação acumulada	25 030,15	3 135,24	0,00	0,00	0,00	0,00	28 165,39
Ativo intangível líquido	6 532,68	-3 135,24	0,00	0,00	0,00	0,00	3 397,44

Movimentos 2023

Descrição	01-01-2023	Adições	Reaval.	Alienações	Abates	Transf.	31-12-2023
Outros ativos intangíveis	22 156,18	9 406,65					31 562,83
Ativo intangível bruto	22 156,18	9 406,65	0,00	0,00	0,00	0,00	31 562,83
Depreciações acumuladas	22 156,18	2 873,97					25 030,15
Perdas por imparidade e reversões acumuladas	0,00						0,00
Depreciação acumulada	22 156,18	2 873,97	0,00	0,00	0,00	0,00	25 030,15
Ativo intangível líquido	0,00	6 532,68	0,00	0,00	0,00	0,00	6 532,68

8. FINANCIAMENTOS OBTIDOS (EMPRÉSTIMOS E LOCAÇÃO)

Financiamentos

Passivo	Corrente	Não Corrente
Empréstimo Bancário	273 251,49	281 801,51
Fundo de Reestruturação S.Social		
Locação Financeira		
Soma	273 251,49	281 801,51

9. INVENTÁRIOS

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio como fórmula de custeio de Inventário Permanente.

A quantia de inventários reconhecida como um gasto em 31.12.2023 detalha-se como segue:

Movimentos	2024		2023	
	Mercadorias	Matérias-Primas subsid. e de consumo	Mercadorias	Matérias-Primas subsid. e de consumo
Saldo inicial		165 856,91		142 534,92
Compras		752 293,12		1 002 536,96
Regularização de existências		29 240,90		105 557,84
Saldo final		54 696,97		165 856,91
Gastos no exercício	0,00	892 693,96	0,00	1 084 772,81

Nota: Consultar informação adicional no ponto 2.3 deste anexo.

10. RÉDITO

Quantia de cada categoria significativa de rédito em 31.12:

RÚBRICAS	31.12.2024	31.12.2023
Rendimentos	2 773 461,48	4 228 341,60
Prestação de serviços	2 773 461,48	4 228 341,60
Subsídios, doações e leg. à exploração	1 714 330,03	1 571 188,26
CRSS - Centro regional segurança social	1 639 703,00	1 509 559,91
I.E.F.P.	35 274,53	31 628,35
Subsídios de outras entidades	39 352,50	30 000,00
Outros rendimentos e ganhos	867 131,46	479 040,13
Rendimentos suplementares	28 107,04	32 712,23
Descontos de pronto pagamento obtidos	3 304,94	3 232,69
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	664 729,50	184 235,06
Alienações	5 222,40	0,00
Sinistros	1 340,00	0,00
Rendas e outros rendimentos em propriedades de inv	295 842,95	184 235,06
Trespasse COGE	362 324,15	0,00
Correções relativas a períodos anteriores	1 695,20	0,00
Imputação de subsídios para investimentos	7 239,24	17 294,67
Outros não especificados	162 055,54	241 565,48
Consignação de IRS	9 208,01	5 009,49
Donativos	70 351,45	153 488,07
Inspecção Geral de Jogos	59 455,20	65 445,67
Sector Residencial	0,00	0,00
Rendimento Líquido Eventos de Angariação de Fundos	0,00	3 137,00
Outros não especificados	23 040,88	14 485,25
Proveitos e ganhos financeiros	11 513,26	52,59
Juros obtidos	11 513,26	52,59
Outros rendimentos similares	0,00	0,00
Soma	5 366 436,23	6 278 622,58

Nota: Consultar informação adicional no ponto 2.3 deste anexo.

11. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Não aplicável.

12. SUBSÍDIO E OUTROS APOIOS

- a) Quantias dos subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis reconhecidos nos Fundos patrimoniais e subsequentemente imputado numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretendem que eles compensem:

Descrições	Ano início útil. Invest.	Valor total por entidade e empreend.º	Taxa deprec.	Valores anuais das depreciações				Valor Líq. 31.12.2023	Movimento s no ano p/rendimentos	Valor Líq. 31.12.2024
				1.º ao 3.º ano	4.º e 5.º ano	6.º ano	7.º ao 50.º ano			
SUBSÍDIOS NÃO REEMBOLSÁVEIS										
Apoio na aquisição de viaturas elétricas	2023	17 500,00	25,00%	10 238,69	7 261,31		0,00	16 011,31	4 375,00	11 636,31
	2024	7 500,00	25,00%	5 125,88	2 374,12				1 375,88	6 124,12
TOT. SUBS. Ampl. Edif Lar Idosos		25 000,00		15 364,57	9 635,43	0,00	0,00	16 011,31	5 750,88	17 760,43
INVESTIMENTO										
Aquisição de viaturas elétricas	2023	38 806,50	25,00%	25 062,52	13 743,98		0,00	33 147,22	9 701,63	23 445,59
TOTAL DO INVESTIM.		38 806,50	25,00%	25 062,52	13 743,98	0,00	0,00	33 147,22	9 701,63	23 445,59

Não inclui o valor em aberto do programa comunitário NORTE2020, para apoio à obra da 1ª fase de requalificação da ERPI, que consiste na construção do edifício da nova lavandaria uma vez que o projeto não foi encerrado no exercício.

- b) Apoios recebidos no ano, dos contratos/protocolos existentes com organismos do Estado e registados como rendimentos:

Subsídios, doações e leg. à exploração	2024	2023
Subsídios Estado e outros entes públicos	1 674 977,53	1 541 188,26
Creches	336 362,19	294 658,28
Pré-escolar	163 072,10	158 544,81
Lares	783 546,23	728 412,17
Centros de Dia	57 441,80	49 250,57
Apoio Domiciliário	191 393,31	184 108,98
Refeitórios/Cantinas Sociais/Prog. Emergência Alimentar	37 875,00	33 204,00
Participação Adicional + Vagas ERPI	70 012,37	61 381,10
Subsídios Eventuais		
I.E.F.P.	35 274,53	31 628,35
Subsídios de outras entidades	39 352,50	30 000,00
Programa Incorpora	6 352,50	0,00

c) Principais doadores:

Descrição	2024		2023	
	€	%	€	%
Donativos em valor	41 110,55	58%	35 340,84	27%
Donativos em espécie	29 240,90	42%	95 645,21	73%
Soma	70 351,45	100%	130 986,05	100%

13. EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CâMBIO

Não aplicável.

14. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Entre a data do balanço e a data da autorização para a emissão das demonstrações financeiras, a teve conhecimento dos seguintes acontecimentos acerca das condições que já existiam à data do balanço

- Por deliberação da Mesa Administrativa, foi liquidado, em 21 de janeiro de 2025, o saldo remanescente de 226.202,04€ do empréstimo de 500.000,00€, contraído junto do banco Montepio em 2020 ao abrigo da Linha de Crédito Covid-19, contrato nº 182.36.100442-3_SCM Espinho.
- No dia 21 de fevereiro de 2025, foi assinado o Termo de Aceitação do apoio concedido pelo ISS, no valor de 40.000€, para a aquisição de uma viatura 100% elétrica com capacidade para nove lugares ou sete lugares com espaço para cadeira de rodas.

15. IMPOSTOS SOBRE RENDIMENTO

Não aplicável.

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Não aplicável.

17. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Gastos com o pessoal	2024	2023
Remunerações aos Órgãos Sociais		
Remunerações ao pessoal	2 306 466,89	2 507 364,79
Estágio Profissional	10 026,51	8 921,50
Medida IEFP	18 303,47	16 391,58
Indemnizações	46 534,51	13 544,91
Trabalho Temporário	146 598,58	22 438,95
Encargos sobre as Remunerações	517 204,44	578 881,75
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	18 619,51	18 236,85
Gastos de Ação Social		
Outros Gastos com o Pessoal	11 053,77	14 179,52
Total	3 074 807,68	3 179 959,85

Nota: Consultar informação adicional no ponto 2.3 deste anexo.

A rubrica “outros gastos” inclui gastos com indemnizações por despedimento, medicina no trabalho, formação e seguro vida e acidentes pessoais.

O número de pessoal cooperante, número de voluntários e de beneficiários, órgãos sociais contidos nas demonstrações financeiras:

Designação		Em 31.12.2024
Órgãos diretivos		Nº
Mesa Administrativa	Provedor	1
	Vice-Provedores	2
	Secretários	1
	Tesoureiros	2
	Vogais	4
	Suplentes	2
Conselho Fiscal Definitório	Presidente	1
	Vice-Presidente	1
	Secretários	1
Assembleia-Geral	Presidente	1
	Vice-Presidente	1
	Secretários	1
Cooperantes e Voluntários		Nº
Pessoal cooperante		1
Voluntários e de beneficiários		0
Funcionários		Nº
Funcionários ativos		161

18. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

Nos termos do Art.º 210º da Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro (Código Contributivo), declara-se que não existem dívidas em mora à Segurança Social.

Declara-se que não existem dívidas em mora ao Estado e Outros Entes Públicos.

19. OUTRAS INFORMAÇÕES

Decomposição de outras contas:

• Fundo Social

DESCRIÇÃO		Capital realizado	Reservas	Resultados transitados	Outras variações nos fundos Patrimoniais	Resultado líquido do período	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO EM 01.01.2023	1	965 313,00	0,00	-566 015,40	4 097 789,73	-224 618,68	4 272 468,65
ALTERAÇÕES NO PERÍODO:	2	0,00	0,00	-224 618,68	197 663,03	224 618,68	197 663,03
Doações					110,94		110,94
Reafecção ao exercício de subsídios ao Investimento					-7 239,24		-7 239,24
Reconhecimento por aplicação da NRCF – ESNL							0,00
Outras alterações reconhecidas no património líquido					204 791,33		204 791,33
Aplicação do resultado do período anterior				-224 618,68		224 618,68	0,00
	1+2	965 313,00	0,00	-790 634,08	4 295 452,76	0,00	4 470 131,68
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO						176 475,19	176 475,19
POSIÇÃO EM 31.12.2024		965 313,00	0,00	-790 634,08	4 295 452,76	176 475,19	4 646 606,87

DESCRIÇÃO		Capital realizado	Reservas	Resultados transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO EM 01.01.2023	1	965 313,00	0,00	-348 423,56	4 090 344,40	-217 591,84	4 489 642,00
ALTERAÇÕES NO PERÍODO:	2	0,00	0,00	-217 591,84	7 445,33	217 591,84	7 445,33
Doações					0,00		0,00
Reaffectação ao exercício de subsídios ao Investimento					7 445,33		7 445,33
Outras alterações reconhecidas no património líquido							0,00
Aplicação do resultado do período anterior				-217 591,84		217 591,84	0,00
	1+2	965 313,00	0,00	-566 015,40	4 097 789,73	0,00	4 497 087,33
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO						-224 618,68	-224 618,68
POSIÇÃO EM 31.12.2023		965 313,00	0,00	-566 015,40	4 097 789,73	-224 618,68	4 272 468,65
POSIÇÃO EM 01.01.2023	1	965 313,00	0,00	-348 423,56	4 090 344,40	-217 591,84	4 489 642,00

• Estado e Outros Entes Públicos

Estado e outros entes públicos (Ativo Corrente)	31.12.2024	31.12.2023
Imposto sobre o valor acrescentado (a restituir)	4 312,83	13 466,42
Total	4 312,83	13 466,42

Estado e outros entes públicos (Passivo Corrente)	31.12.2024	31.12.2023
Retenção de impostos sobre rendimentos	18 974,91	27 580,24
Contribuições para a segurança social	108 545,95	112 361,94
Total	127 520,86	139 942,18

• Diferimentos

Diferimentos	31.12.2024	31.12.2023
Ativo Corrente	Corrente	Corrente
Gastos a reconhecer		
Seguros	9 714,28	8 422,26
Outros gastos	0,00	1 426,80
Total	9 714,28	9 849,06
Passivo Corrente		
Rendimentos a reconhecer		
Unidade Residencial-Cedência Direitos Utilização	0,00	2 266,72
CRSS Antecipação de participações S.S.	0,00	24 114,00
Total	0,00	26 380,72

• Outros passivos correntes

Descrição	31.12.2024	31.12.2023
Clientes e utentes c/c	510,67	7 460,85
Remunerações a pagar	1 656,74	0,00
Outras operações	2 123,21	48,00
Fornecedores de investimentos	43 253,50	2 187,15
Credores por acréscimos de gastos	440 585,07	476 117,52
Outros devedores e credores	119 976,88	295 883,97
Total	608 106,07	781 697,49

Nota: Consultar informação adicional no ponto 2.3 deste anexo.

20. OUTROS ACONTECIMENTOS

Incerteza Geopolítica Externa

Os efeitos do conflito bélico entre a Rússia e a Ucrânia, que deflagrou em fevereiro de 2022, continuou a impactar negativamente a economia mundial. Tal continua a ser patente nos elevados preços dos combustíveis. Por outro lado, a reiterada exigência dos USA aos países pertencentes a NATO de reforço

dos investimentos em armamento afetar a curto prazo a distribuição das verbas do orçamento de Estado com eventual implicação nas políticas sociais.

21. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Mesa Administrativa propõe à Assembleia Geral que o resultado líquido positivo de 176.475,19 €, € seja transferido para a conta de resultados transitados.

22. DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas pela Mesa Administrativa e autorizadas para emissão em 26 de fevereiro de 2025.

⌘⌘⌘

Pela Mesa Administrativa

Provedor



Dr. Pedro Nelson G. de Sousa

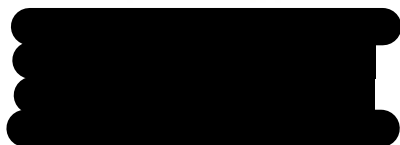
Vice-Provedor



Dr. Vítor Brandão

⌘⌘⌘

Administrador



Dr. José António Oliveira

Contabilista Certificado



Dr. Rui Monteiro (Nº 22127)



*Ações que transformam,
resultados que emocionam!*

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ESPINHO

Exercício de 2024

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **Santa Casa da Misericórdia de Espinho** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 6 057 536 euros e um total de fundos patrimoniais de 4 646 607 euros, incluindo um resultado líquido de 176 475 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **Santa Casa da Misericórdia de Espinho** em 31 de dezembro de 2024 o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão (Mesa Administrativa) e do órgão de fiscalização (Definitório) pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável por:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de atividades nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das operações.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pela Mesa Administrativa de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pela Mesa Administrativa, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- comunicamos com a Mesa Administrativa, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de atividades

Em nossa opinião, o relatório de atividades foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Vila Nova de Gaia, 21 de março de 2025

Nelson Moinhos, Paulo Lima & Associado, SROC (n.º 131)

Representada por

Nelson Luís da Silva Braga Moinhos

Revisor Oficial de Contas: 753

Número de Registo da CMVM: 20160386

ACTA NR. 71

Ao dia quatro do mês de março de dois mil e vinte e cinco, pelas dez horas, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 33º do Compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Espinho, reuniu, ordinariamente na sua sede, sita na rua da Idanha, n.º 300, união de Freguesias Anta e Guetim, Espinho, o Definitório com a finalidade de dar cumprimento à solicitação da Mesa Administrativa, para emissão de Parecer sobre os assuntos constantes da ordem de trabalhos, em cumprimento do estipulado nas alíneas a) e c), do nº 1 do artigo 32º do Compromisso.-----

Estiveram presentes o Presidente, Sr. Carlos Alberto Castro Pinto de Oliveira, o Vice-presidente, Sr. Joaquim de Vasconcelos Ferreira e o Sr. Provedor, Dr. Pedro Nelson Gonçalves de Sousa, que se reuniram para deliberar sobre a seguinte **Ordem de Trabalhos**: -----

Ponto único apreciar e emitir parecer do Relatório de Atividades e Contas da Santa Casa da Misericórdia de Espinho respeitante ao ano económico de 2024, preparados e da responsabilidade da Mesa Administrativa. -----

Passando à agenda de trabalhos, foram disponibilizados pelo Provedor, Sr. Pedro Nelson Gonçalves de Sousa, em nome da Mesa Administrativa, os elementos para análise. -----

Na sequência da análise atenta e pormenorizada efetuada pelos membros do Conselho Fiscal ao Relatório de Atividades e Contas de 2024, foram prestados pelo Provedor, Sr. Pedro Nelson Gonçalves de Sousa, todos os esclarecimentos e disponibilizados todos os elementos documentais julgados necessários para o efeito.-----

No final, o Definitório constata: -----

1. Da análise e trabalho efetuado, é convicção do Definitório que o Relatório de Atividades e Contas de 2024, elaborado e apresentado pela Mesa Administrativa, assim como as demonstrações financeiras nele contidas, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Santa Casa da Misericórdia de Espinho em 31 de Dezembro de 2024, e está em conformidade com os princípios e normas contabilísticas estabelecidas para as entidades do setor não lucrativo;-----

2. Na apreciação das contas, verifica-se que a autonomia financeira da instituição foi reforçado e está num nível seguro, mantendo-se o equilíbrio económico e financeiro, como o demonstra o Balanço, com um Ativo Líquido de 6.057.535,81 € e Fundos Patrimoniais no valor de 4.646.606,87 €, o Resultado Líquido apurado ter sido de 176.475,19 €;-----

Tendo reunido este Definitório, com vista à emissão do parecer solicitado pela Mesa Administrativa, e após análise de todas as informações constantes nos documentos anexos ao presente parecer e esclarecimentos prestados pelo Sr. Provedor, deliberou, por unanimidade, emitir o seguinte parecer: -----

- O Relatório de Atividade e Contas da Santa Casa da Misericórdia de Espinho, referente ao ano de 2024, mereceu o acordo do Definitório decidindo-se dar parecer favorável. Assim, o Definitório recomenda que a Assembleia Geral aprove Relatório de Atividade e Contas de 2024; -----

- Reconhecer a colaboração dispensada a este Órgão Social pela Mesa Administrativa; -

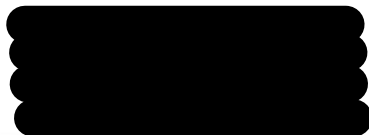
- Apresentar um Voto de Louvor à Mesa Administrativa pela dedicação e empenho em prol da Santa Casa da Misericórdia de Espinho.-----

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, pelas doze horas, e lavrada a presente ata que depois de aprovada vai ser assinada. -----

Sr. Carlos Alberto Castro Pinto de Oliveira



Sr. Joaquim de Vasconcelos Ferreira



ACTA NR. 97 DA ASSEMBLEIA GERAL

Ao dia trinta e um do mês de março de dois mil e vinte e cinco, pelas dezoito horas e trinta minutos, depois de aguardar meia hora por falta de irmãos, realizou-se no auditório do Lar de Idosos da Santa Casa da Misericórdia de Espinho, situado no n.º 300 da Rua da Idanha, da União de Freguesias de Anta e Guetim, do Concelho de Espinho, a Assembleia Geral Ordinária, expressa e regularmente convocada atempadamente conforme estabelecido no art.º 25 do Compromisso. -----

Não tendo havido a presença da maioria da Assembleia (quórum estatutário) à hora estabelecida na convocatória, foi dado início a reunião trinta minutos depois, com os irmãos presentes, de acordo com o estabelecido no n.º 1 do artigo 25º dos Estatutos. -----

Constituída a Mesa pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Eng.º Edgar Alves Ferreira, e pelo 1º Secretário, Sr. Rui Pessoa Sousa Gomes, o Senhor Presidente da Mesa deu início aos trabalhos.-----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral procedeu à leitura do ponto consagrado na convocatória, designadamente: -----

Ponto Um: Apreciar, discutir e aprovar o Relatório de Atividades e Contas do Exercício do ano de 2024. -----

Ponto Dois: Ratificar a alienação do direito ilíquido e indiviso que a Santa Casa de Misericórdia de Espinho detinha sobre o prédio, sito no concelho de Espinho, união das freguesias Anta e Guetim, com os artigos matriciais rustica n.º 1382, 1384 e 1570. -----

Entrando no **Ponto Um** da Ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Eng.º Edgar Alves Ferreira, passou a palavra ao Senhor Provedor, Dr. Pedro Nelson Gonçalves de Sousa. -----

Durante a leitura da mensagem da Mesa Administrativa, o Sr. Provedor destacou os principais pontos do Relatório de Atividades, enfatizando as ações desenvolvidas pelas diferentes valências e os respetivos resultados. Abordou a evolução das principais rubricas de gastos, impactadas pelo aumento dos preços e pelo acréscimo dos custos com pessoal devido à atualização da Remuneração Mínima Nacional, assim como a evolução das receitas, com especial destaque para as provenientes da tutela. Mencionou ainda o impacto do trespasse da COGE – Clínica Santa Casa de Espinho nos resultados e fez um balanço sobre os diversos projetos de investimento, incluindo o imóvel da Fosforeira, delimitado pelas ruas 20, 18, 35 e 37, a nova ERPI e a remodelação do edifício do Lar. Por fim, destacou a situação do



processo judicial contra o ISS no Tribunal Administrativo, salientando a importância dessas questões para a gestão e o futuro da instituição. -----

No que respeita às Demonstrações Financeiras, realçou que, no balanço, o Total de Ativo atingiu 6.057.535,81 €, enquanto o Fundo Patrimonial registou um aumento para 4.646.606,87 €, refletindo a evolução positiva da estrutura patrimonial da instituição. -----

Por último, o Sr. Provedor propôs que o Relatório de Atividade e Contas, e respetivos Anexos, relativos ao Exercício de 2024, fosse aprovado tal como apresentado, e que o resultado do exercício, no montante de 176.475,19 €, fosse transferido para a conta de resultados transitados. -----

O Senhor Presidente da Mesa, retomou a palavra para fazer referência ao parecer favorável do Conselho Fiscal, ao Relatório de Atividade e Contas de 2024, e ao facto do Revisor Oficial de Contas não ter registado qualquer reserva na Certificação Legal de Contas.-----

De seguida, o Senhor Presidente da Mesa, dirigiu-se à Assembleia para dar oportunidade a quem quisesse manifestar-se ou colocar qualquer dúvida sobre este Relatório de Atividade e Contas do Ano de 2024.-----

Uma vez que ninguém se manifestou, o Senhor Presidente da Mesa pôs à votação os documentos apresentados e a proposta de transferência do resultado do exercício, no montante de 176.475,19 €, para a conta de resultados transitados. -----

Não tendo havido qualquer voto contra nem abstenção, o Senhor Presidente da Mesa declarou as propostas aprovados por unanimidade. -----

Passando ao **Ponto Dois** da Ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Eng.º Edgar Alves Ferreira, passou a palavra ao Senhor Provedor, Dr. Pedro Nelson de Sousa, que de seguida procedeu à leitura da Proposta da Mesa Administrativa. -----

“PEDIDO DA MESA ADMINISTRATIVA À ASSEMBLEIA GERAL PARA RATIFICAR A ALIENAÇÃO DE 3 PRÉDIOS DA HERANÇA INDIVISA DO SR. AVELINO DE SÁ FERREIRA CAPELA” -----

(Prédios rústicos inscritos nas matrizes prediais art.º 1382, 1384 e 1570)-----

A Santa Casa da Misericórdia de Espinho, conjuntamente com os Bombeiros Voluntários do Concelho de Espinho e a "Obra do Padre Américo (Casa do Gaiato)", são herdeiros, em comum e partes iguais, do falecido Sr. Avelino de Sá Ferreira Capela, especificamente da parte que lhe cabia na herança de seus pais, correspondente a 1/5 da mesma. Dessa fração, cabe à Santa Casa da Misericórdia de Espinho 1/3 o que corresponde, por sua vez, a 1/15 da totalidade da herança indivisa. -----

No dia 3 de dezembro de 2024, esta instituição recebeu uma proposta formal, apresentada por um representante dos familiares e herdeiros do falecido Sr. Avelino Capela, para a venda de um prédio rústico com uma área de 1.200 m², situado em Lagarta, freguesia de Anta, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 1570, pelo montante de 40.000 €. Dessa quantia, à SCME caberá a parcela de 2.666,66 €, correspondente à sua quota-parte de 1/15 na herança do Sr. Avelino F. Capela. -----

Adicionalmente, no mesmo documento, foi proposta a venda de dois outros prédios rústicos, com áreas de 1.490 m² e 1.400 m², ambos situados em Paço Velho/Guimbra, freguesia de Anta, inscritos na matriz predial rústica sob os artigos 1382 e 1384, respetivamente, pelo valor global de 40.000 €. Da referida quantia, caberá à SCME também a importância de 2.666,66 €, em conformidade com a sua quota-parte da herança. -----

A Mesa Administrativa, reunida em 4 de dezembro de 2024, deliberou por unanimidade aprovar as propostas de venda e delegar na Dr.ª Cristina Helena Henriques Lopes Relvas todos os poderes necessários para outorgar, em representação da SCME, o contrato de venda dos referidos prédios. -----

Dessa forma, a Mesa Administrativa solicita à Assembleia Geral a ratificação da decisão de venda do direito ilíquido e indiviso que a Santa Casa da Misericórdia de Espinho detém sobre os prédios mencionados, pelos valores estabelecidos, bem como a confirmação da delegação dos poderes de representação na Dr.ª Cristina Helena Henriques Lopes Relvas. -

De seguida, o Senhor Presidente da Mesa, dirigiu-se à Assembleia para dar oportunidade a quem quisesse manifestar-se ou colocar qualquer dúvida sobre a proposta apresentada. -----

Uma vez que ninguém se manifestou, o Senhor Presidente da Mesa pôs à votação a proposta apresentada pela Mesa Administrativa. -----

Não tendo havido qualquer voto contra nem abstenção, o Senhor Presidente da Mesa declarou a proposta aprovada por unanimidade. -----

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata que depois de aprovada vai ser assinada. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral


Eng.º Edgar Alves Ferreira



**Livro de Actas da Assembleia Geral da
SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ESPINHO**

Rua da Idanha nº 300/320, Anta - Espinho
NIF: 500 951 527 - RIPSS: Direcção Geral Acção Social n.º 31/82 – Irmandade da Misericórdia

O Secretário

Sr. Rui Pessoa Sousa Gomes

